



Portobello Grupo

COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO 1T18

Tijucas, 15 de maio de 2018. A PBG S.A. (B3 S.A. - BRASIL, BOLSA, BALCÃO: PTBL3), **maior empresa de revestimentos cerâmicos do Brasil**, anuncia os resultados do primeiro trimestre de 2018.

As informações financeiras intermediárias consolidadas apresentadas neste documento são derivadas das informações financeiras trimestrais consolidadas da PBG S.A., elaboradas de acordo com as normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS).

DESTAQUES

	R\$ milhões	1T17	1T18	▲%
DESEMPENHO	Receita bruta	296	303	2%
	Receita líquida	236	246	4%
	Margem bruta	40,7%	40,0%	-0,7 p.p.
	EBITDA	53	34	-35%
	Margem EBITDA	22,4%	14,0%	-8,4 p.p.
	Lucro líquido	20	7	-65%
	Margem líquida	8,4%	2,8%	-5,6 p.p.
	ROCE	12,1%	14,4%	2,3 p.p.
Dívida	Dívida Líquida	437	404	-8%
	Dív Liq/EBITDA	3,00	2,37	-21%
PTBL3	Cotação	2,89	5,37	86%

- **RECEITA LÍQUIDA** de **R\$ 246** milhões, **4%** acima do 1T17;
- **MARGEM BRUTA** de **40%** no 1T18, **semelhante** ao 1T17;
- **EBITDA** de **R\$ 34** milhões no 1T18, com margem de 14%. Redução de **35%** (aumento de **6%** quando comparado com EBITDA recorrente) e 8 p.p. na margem quando comparado a 1T17;
- **LUCRO** líquido de **R\$ 7** milhões;
- **Redução** do **ENDIVIDAMENTO** e da **relação Dívida Líquida/EBITDA** de 3,00x (em 1T17) para **2,37x** (em 1T18);
- **Aumento** de **2,3 pp** no **RETORNO** sobre Capital Empregado, encerrando o trimestre com **14,4%** (12,1% no 1T17);
- Ação **PTBL3** encerra o 1T18 a **R\$ 5,37** (R\$ 2,89 no 1T17), **valorização de 86%** e aumento de **155% no volume** financeiro médio de negociações nos últimos 12 meses.

TELECONFERÊNCIA

Sexta-feira, 18 de maio às 10h

Dados para conexão:

Telefone: +55 11 3137-8043

Senha: PORTOBELLO

WEBCAST

O áudio da teleconferência será transmitido pela internet, acompanhado da apresentação de slides.

Ambos estarão disponíveis 30 minutos antes em:

www.ri.portobello.com.br/



COMENTÁRIOS DA ADMINISTRAÇÃO

A PBG encerra o primeiro trimestre de 2018 com otimismo e confiança. Os resultados foram alcançados de acordo com o planejamento da Companhia e demonstram que o viés de aumentar a rentabilidade e fortalecer os diferenciais competitivos tem otimizado o valor do negócio e consolidado a posição de liderança da marca. A estabilização da economia e retomada do varejo melhoram as perspectivas para o mercado nacional. E a manutenção de volumes altos de exportação diversificam a origem da receita e corroboram com a construção de uma estrutura mais robusta e internacional.

A receita líquida no 1T18 somou R\$ 246 milhões, 4% acima do 1T17. As vendas no mercado externo continuam em destaque. Desde o segundo trimestre de 2017 a Companhia mantém um faturamento trimestral médio de US\$ 15 milhões. Neste 1T18 foi alcançado o *record* trimestral de US\$ 16 milhões, 21% acima do 1T17. Em Reais o crescimento foi de 26% quando comparado ao 1T17.

No mercado interno, a receita líquida foi semelhante ao 1T17. O foco foi mantido na venda de um mix de produtos mais rentável no mercado interno, ainda que com volume de vendas menores. A margem bruta consolidada de 40% está semelhante ao 1T17. Segundo a Abrammat, o faturamento do mercado de materiais de construção de acabamento deflacionado apresentou crescimento de 2,1% entre 1T18 e 1T17, o que aponta para o início da retomada do varejo e alimenta expectativas positivas para as vendas em 2018.

A geração de caixa, medida pelo EBITDA, somou R\$ 34 milhões e o lucro líquido R\$ 7 milhões no 1T18. Com margens de 14% e 3% respectivamente. As margens foram menores quando comparadas com o 1T17. A redução em relação ao ano anterior deve-se aos ganhos judiciais extraordinários reconhecidos no 1T17 (descritos a seguir no resultado operacional e tabela do EBITDA). Se excluídos estes efeitos, as margens do 1T18 seriam semelhantes às do 1T17, resultado dos esforços para aumento da margem bruta, rigor na gestão de despesas e amadurecimento dos novos negócios.

A Portobello Shop mantém seu plano de ampliação da área de exposição. A rede conta com 142 unidades presentes em quase todos os estados do país, sendo 11 próprias. No 1T17, havia 6 unidades próprias e em 12 meses esse número de lojas cresceu 83%. Apesar de 45% das lojas próprias terem menos de um ano, neste primeiro trimestre este negócio apresentou resultado positivo. As lojas próprias mantêm seu papel de laboratório de desenvolvimento da franquia.

Na marca Pointer, é perceptível o crescimento da receita e manutenção de margens positivas. A qualificação do *mix* e aumento do giro dos itens no estoque têm permitido vendas mais qualificadas e com preços melhores. Neste trimestre destaca-se também a retomada da utilização de 100% da capacidade produtiva da planta de Alagoas.

A dívida líquida apresentou redução de 8% quando comparado com o mesmo período do ano anterior. A relação dívida/EBITDA também reduziu para 2,4 vezes (3,0 no 1T17). Os investimentos foram retomados com foco na

sustentação da estratégia de melhoria do *mix* de produtos e margens, sem ampliações de capacidades. Em relação ao 4T17, os investimentos cresceram 10%.

Em março, a Companhia teve mais uma participação notável na Expo Revestir 2018, a principal plataforma de negócios no mercado nacional e internacional para revestimentos cerâmicos. Durante a feira houve o lançamento da nova coleção. E neste ano a Portobello recebeu o prêmio “*best in show*” com o produto “*Still Black*”.

Na ocasião também, aconteceram diversos eventos paralelos para franqueados, arquitetos, designers e público em geral. Neste ano também foi realizada durante a feira em São Paulo a reunião pública anual com analistas de mercado. Os participantes puderam conhecer a nova coleção e interagir sobre os resultados 2017, recém-publicados na ocasião. O dinamismo e proximidade com o mercado reforçam o viés de transparência e abertura da Companhia aos investidores.

A Companhia mantém seus esforços de melhoria operacional e continua confiante em sua estratégia focada no varejo e fortalecimento da marca. No 1T18 foram iniciadas mudanças da estrutura organizacional com o objetivo de fortalecer a cultura de varejo da Companhia, dando maior foco nos clientes e agilidade na resposta ao mercado. As equipes passarão a buscar excelência em competências chaves e atuar de forma mais integrada.

O trimestre é encerrado com Retorno sobre Capital Empregado de 14,4%, apresentando um crescimento de 2,3pp nos últimos 12 meses. Os resultados alcançados são fruto do alinhamento estratégico, posicionamento da marca, flexibilidade em adaptar-se e força dos diferenciais competitivos do negócio.

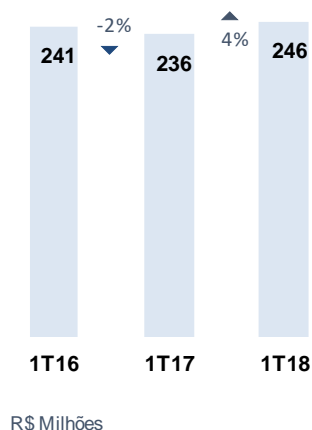
DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

	R\$ mil	1T16	1T17	1T18	▲%
DESEMPENHO	Receita bruta	307.444	296.203	303.208	2%
	Receita líquida	241.361	235.634	245.901	4%
	Lucro bruto	89.572	95.877	98.271	2%
	<i>Margem bruta</i>	37,1%	40,7%	40,0%	-0,7 p.p.
	EBIT	12.661	42.877	23.609	-45%
	<i>Margem EBIT</i>	5,2%	18,2%	9,6%	-8,6 p.p.
	Resultado financeiro	(19.620)	(15.445)	(15.203)	-2%
	Lucro líquido	(6.220)	19.872	6.996	-65%
	<i>Margem líquida</i>	-2,6%	8,4%	2,8%	-5,6 p.p.
	EBITDA	22.053	52.720	34.454	-35%
<i>Margem EBITDA</i>	9,1%	22,4%	14,0%	-8,4 p.p.	
INDICADORES	Liquidez corrente	1,31	1,26	1,22	(0,04)
	Dívida líquida	561.460	437.366	403.956	-8%
	Dívida líquida/EBITDA	3,70	3,00	2,37	(0,63)
	Dívida líquida/PL	2,35	1,53	1,38	(0,15)
PTBL3	Cotação fechamento	2,08	2,89	5,37	86%
	Valor de mercado	329.656	458.032	851.083	
	Volume mensal de negociação (R\$). Média últimos 12 meses	5.131	20.000	50.902	155%

Receita Líquida

A receita líquida consolidada totalizou R\$ 248 milhões no 1T18, 4% acima do 1T17.

Receita Líquida



As vendas do mercado interno representaram 79% do total (83% em 1T17) e o montante em reais permaneceu semelhante ao 1T17.

No mercado externo, as vendas cresceram 26% em relação ao 1T17. As exportações em 1T18 alcançaram o *record* trimestral de US\$ 16 milhões, cerca de 21% maior do que o mesmo período no ano anterior.

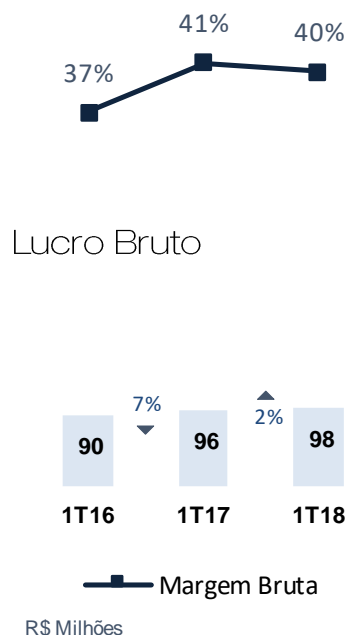
	1T16	1T17	1T18	▲%
Receita líquida	241.361	235.634	245.901	4%
Mercado Interno	202.493	194.796	194.421	0%
Mercado Externo	38.868	40.838	51.480	26%

Resultado Operacional

As despesas com vendas totalizaram R\$ 64 milhões no 1T18, sendo 13% maiores do que o 1T17, mas mantendo uma relação de 26% com a receita líquida, semelhante ao ano anterior. As despesas com fretes e estrutura logística representam 16% das despesas comerciais. A estrutura de distribuição mais eficaz é um diferencial importante para o posicionamento da empresa no mercado via melhora na qualidade do serviço.

Lucro Bruto

O lucro bruto no 1T18 totalizou R\$ 98 milhões, semelhante ao 1T17. A margem bruta se manteve em 40%, e é resultado de um *mix* de venda com produtos de maior lucratividade e redução de custos.



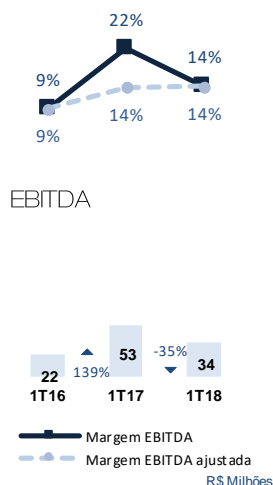
	1T16	1T17	%RL	1T18	%RL	▲%
Despesas operacionais	(76.911)	(53.000)	22%	(74.662)	30%	41%
Vendas	(61.146)	(56.686)	24%	(63.825)	26%	13%
Gerais e administrativas	(8.911)	(8.275)	4%	(9.260)	4%	12%
Outras receitas (despesas)	(6.854)	11.961	-5%	(1.577)	1%	

As despesas administrativas totalizaram R\$ 9 milhões no 1T18 e mantem o índice de 4% da receita líquida quando comparado a 1T17.

As outras receitas operacionais somam R\$ 2 milhões de despesa. No 1T17, a receita de R\$ 12 milhões foi impactada positivamente pela reversão da provisão para contingência tributária referente à exclusão do ICMS da base de cálculo da apuração de Pis/Cofins, no montante de R\$ 20 milhões, devido à decisão favorável do Superior Tribunal Federal sobre o tema.

EBITDA

O 1T18 apresentou EBITDA de R\$ 34 milhões e margem EBITDA de 14%. A redução de 35% no EBITDA, quando comparado ao 1T17 deve-se principalmente aos ganhos extraordinários reconhecidos no 1T17. Se estes ganhos fossem desconsiderados o EBITDA apresentaria um aumento de 6% em relação ao 1T17 e a margem se conservaria em 14%, o que demonstra a consistência da lucratividade operacional.



Lucro Líquido

O lucro líquido no 1T18 foi de R\$ 7 milhões. A redução de 65% é também explicada pelos ganhos extraordinários. Se desconsiderados este efeito o lucro líquido teria aumentado 55% em relação ao 1T17, fruto da busca por margens maiores, controle de despesas e maturidade que os novos negócios estão alcançando.

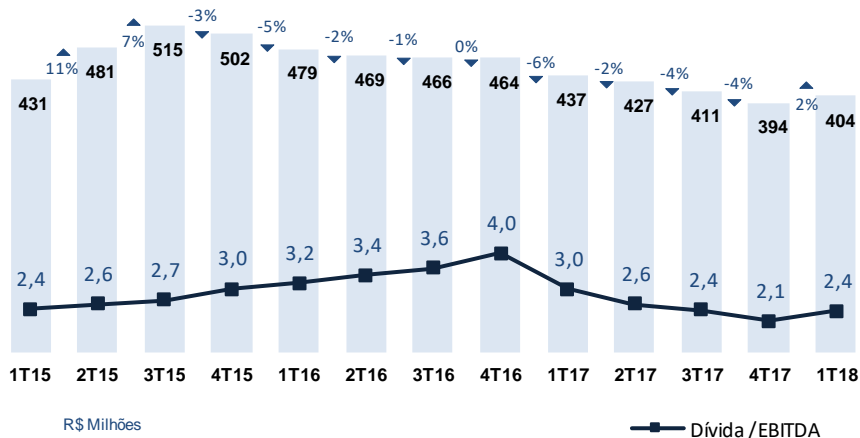
	1T16	1T17	1T18	%RL	▲%
Lucro líquido	(6.220)	19.872	6.996	3%	-65%
(+) Resultado financeiro	19.620	15.445	15.203	6%	-2%
(+) Depreciação e amortização	9.392	9.843	10.845	4%	10%
(+) Impostos sobre lucro	(739)	7.560	1.410	1%	
EBITDA	22.053	52.720	34.454	14%	-35%
(-) Reversão Provisão Tributária	-	(20.248)	-		
EBITDA ajustado	22.053	32.472	34.454	14%	6%

ENDIVIDAMENTO / ESTRUTURA DE CAPITAL

O endividamento líquido da Companhia alcançou R\$ 404 milhões ao fim do 1T18. Quando comparado ao mesmo período do ano anterior, houve uma redução de 8%.

O endividamento líquido equivale a 2,4x o EBITDA do ano e a 1,4x o patrimônio líquido. Neste trimestre foi alcançada a mesma relação dívida/EBITDA do 1T15.

Dívida Líquida

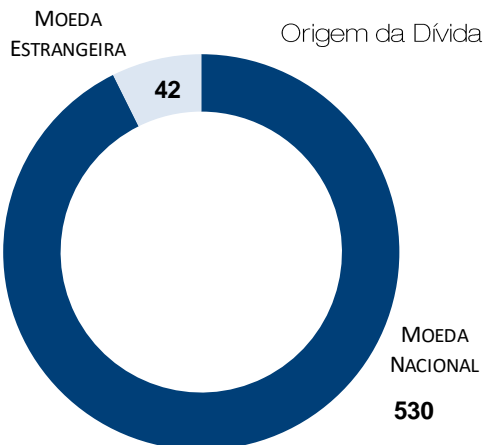
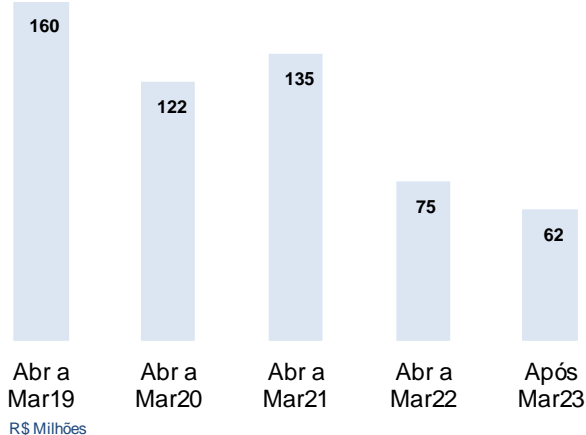


As cláusulas mínimas de “covenants” de todos os contratos de financiamento vigentes estão sendo cumpridas.

	Mar-16	Mar-17	Mar-18	▲ R\$
Endividamento Bancário	661.399	575.646	500.425	(75.221)
Endividamento Tributário	81.772	78.029	71.134	(6.895)
(=) Endividamento bruto	743.171	653.675	571.559	(82.116)
(+) Disponibilidades	(95.497)	(125.293)	(72.129)	53.164
(+) Créditos partes relacionadas	(86.214)	(91.016)	(95.474)	(4.458)
(=) Endividamento líquido	561.460	437.366	403.956	(33.410)
EBITDA (últimos 12 meses)	151.666	145.979	170.751	24.772
<i>Dívida líquida / EBITDA</i>	<i>3,7</i>	<i>3,0</i>	<i>2,4</i>	
<i>Dívida líquida / PL</i>	<i>2,4</i>	<i>1,5</i>	<i>1,4</i>	

O saldo do endividamento bruto está dividido em 30% com vencimento no curto prazo e 70% no longo prazo. A Companhia continua trabalhando no alongamento do perfil da dívida.

Cronograma de Amortização (endividamento bruto)

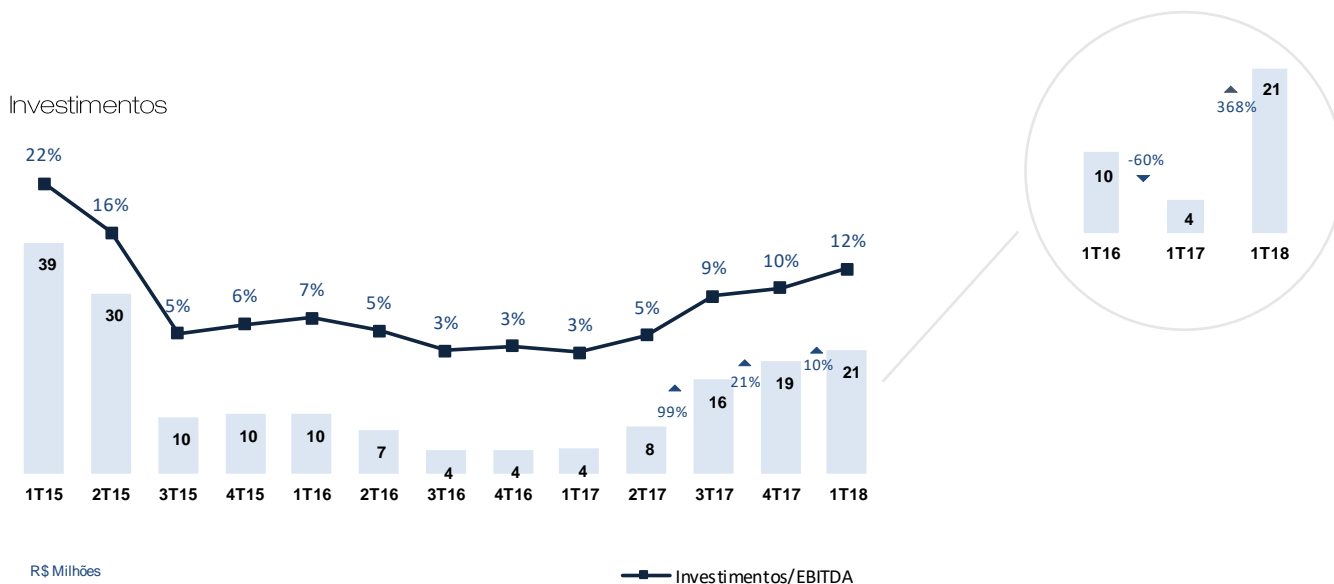


INVESTIMENTOS

Os investimentos estão sendo retomados gradativamente. No 1T18 foram investidos R\$ 21 milhões, sendo 84% destinados a Portobello e 16% para Pointer.

Na Portobello R\$ 16 milhões são para preparação e atualização do parque fabril em Tijuca para produção de produtos com maior valor agregado e formatos maiores e R\$ 2 milhões para lojas próprias e Oficina.

Na Pointer, a maior parte dos investimentos foram destinados à transformação do parque fabril para rentabilização e qualificação do portfólio.



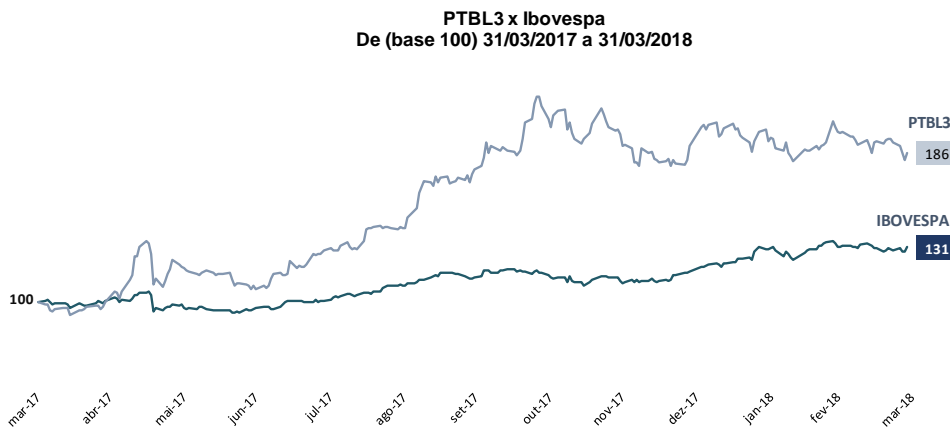
REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS E DELIBERAÇÕES DA ASSEMBLEIA

A remuneração total aos acionistas referente ao exercício de 2017, foi de R\$ 30.464 mil, o que representou um *yield* (dividendo por ação dividido pela cotação final da ação) de 3,50%.

Foi aprovada em 30 de abril de 2018, na Assembleia Geral Ordinária, a proposta da Administração de distribuir dividendos totais de 50% do lucro líquido. O montante a pagar, será de R\$ 20.850 mil, cerca de R\$ 0,132 (líquido dos pagamentos feitos em agosto de 2017). A proposta de data de pagamento é 25 de maio de 2018.

Na mesma Assembleia houve a eleição dos novos membros do Conselho de Administração, cujo mandato será de dois anos, bem como a reeleição dos Conselheiros Fiscais, com mandato de um ano.

DESEMPENHO DAS AÇÕES PTBL3



As ações ordinárias emitidas pela PBG S.A., negociadas na B3 (Brasil, Bolsa, Balcão) sob o código PTBL3, encerraram o último pregão de março cotadas a R\$ 5,37, valorização de 86% nos últimos 12 meses, sendo que no mesmo período o Ibovespa cresceu 31%.

O volume financeiro médio negociado nos últimos doze meses foi de R\$ 51 milhões, apresentando um aumento de 155% frente aos R\$ 20 milhões do ano anterior. Ao final do 1T18, a PBG S.A. apresentava um valor de mercado equivalente a R\$ 851 milhões (R\$ 458 milhões em março de 2017).

PERSPECTIVAS

- A Companhia continua confiante que o mercado em 2018 deve manter a melhora gradual já percebida no primeiro trimestre de 2018;
- O varejo deve permanecer como pilar de crescimento do setor, juntamente com a exportação. Já o mercado da construção deve apresentar o início de retomada neste ano, que deve refletir de forma mais clara na indústria de materiais de acabamento no início de 2019. Desta forma, o próximo ano deste segmento ainda deve permanecer desafiador para o canal de vendas a construtoras e incorporadoras (Engenharia);
- Os esforços no mercado externo estão concentrados em ampliar as exportações e internacionalizar a Companhia, a fim de criar uma estrutura mais robusta para reduzir a dependência do mercado interno;
- Internamente, o foco será mantido na qualificação do mix de vendas, buscando ganho de margem;
- A fábrica de Alagoas e a marca Pointer continuam no plano de adequação ao contexto do mercado atual e busca pelo equilíbrio econômico. Os resultados positivos do 1T2018 representam a eficácia do plano.
- A Companhia retoma gradualmente o ritmo de investimento para 2018. Nas plantas fabris de Tijuca e Alagoas o foco é a qualificação da produção. Em lojas próprias, os investimentos estão divididos na ampliação das unidades atuais e criação de novas. A estrutura de distribuição também será foco dos investimentos, tanto no âmbito doméstico (para ambas as marcas), quanto internacional;
- Após revisão da estrutura organizacional, a Companhia manterá seus esforços na melhoria de seu modelo de negócios com foco no varejo, buscando melhoria em seus processos, tecnologias, desenvolvimento das equipes e posicionamento das marcas;

- Adicionalmente, os esforços são mantidos na ampliação e aprimoramento dos diferenciais competitivos do negócio Portobello Shop, com novas lojas próprias, distribuição e Oficina;
- A Administração continuará concentrada na redução da relação dívida/EBITDA. As ações estão voltadas para disciplina na gestão de caixa, diminuição do capital de giro, preservação da liquidez e redução dos custos financeiros;
- A Companhia continua confiante nos seus diferenciais competitivos e reafirma seus esforços pela melhora do resultado.

AUDITORIA INDEPENDENTE

A política da PBG S.A. em relação aos seus auditores independentes, no que diz respeito à prestação de serviços não relacionados à auditoria externa das demonstrações financeiras, se fundamenta nos princípios que preservam a independência profissional. Estes princípios se baseiam na premissa de que o auditor não deve periciar seu próprio trabalho, exercer funções gerenciais ou, ainda, advogar por seu cliente. Durante o primeiro trimestre de 2018, a Companhia não contratou os auditores independentes para outros serviços não relacionados à auditoria externa.

ADMINISTRAÇÃO

Conselho de Administração

Nome
Cláudio Ávila da Silva
Cesar Gomes Júnior
Nilton Torres de Bastos Filho
Glauco José Côrte
Geraldo Luciano Mattos Junior
Walter Roberto de Oliveira Longo
Marcos Gouvêa de Souza

Diretoria

Nome	Cargo
Cesar Gomes Júnior	Presidente
Cláudio Ávila da Silva	Vice-Presidente Institucional
John Shojiro Suzuki	Vice-Presidente de Operações
Mauro do Valle Pereira	Vice-Presidente de Negócios

TELECONFERÊNCIA E WEBCAST

Sexta-feira, 18 de maio de 2018 às 10h será realizada a teleconferência em português dos resultados referentes ao primeiro trimestre de 2018.

Dados para conexão:

Telefone: +55 11 3137-8043

Senha: PORTOBELLO

Para aqueles que não puderem acompanhar as teleconferências ao vivo, será disponibilizada a íntegra do áudio com acesso diretamente pelo web site da companhia (www.ri.portobello.com.br/).

Balanco Patrimonial

Ativo	31-mar-18	31-dez-17	Passivo	31-mar-18	31-dez-17
Circulante	511.204	522.623	Circulante	422.284	414.310
Disponibilidades	65.099	94.379	Empréstimos/Debêntures	148.887	146.402
Contas a Receber	225.585	218.412	Fornecedores e Cessão de Crédito	157.953	149.696
Estoques	189.706	179.323	Impostos e Contribuições Sociais	22.857	31.157
Impostos a Recuperar	10.371	16.784	Obrigações Sociais e Trabalhistas	34.526	31.330
Despesas antecipadas	6.396	1.720	Adiantamentos de Clientes	11.747	12.615
Outros	14.047	12.005	Dividendos a pagar	6.035	6.035
			Outros	40.279	37.075
Não Circulante	746.750	729.385	Não Circulante	543.885	552.638
Realizável a Longo Prazo	277.009	268.926	Empréstimos/Debêntures	351.538	367.159
Depósitos Judiciais	95.871	93.501	Fornecedores	81.198	78.496
Impostos a Recuperar	6.033	6.407	IR e CSLL Diferidos	11.541	14.186
Ativo Judicial	46.611	45.969	Parcelamento Obrigações Tributárias	60.483	62.648
Créditos Partes Relacionadas	95.474	94.651	Provisões	36.596	28.214
Recebíveis da Eletrobrás	12.821	12.821			
Outros Ativos Não Circulante	20.199	15.577			
Investimentos	298	298	Patrimônio Líquido	291.785	285.060
Imobilizado	449.275	440.595	Capital Social	130.000	130.000
Intangível	20.168	19.566	Reservas de Lucro	143.988	143.988
			Outros Resultados Abrangentes	(4.741)	(4.172)
			Dividendos adicionais propostos	15.232	15.232
			Lucros Acumulados	7.287	-
			Part Acionistas Não Controladores	19	12
Total do Ativo	1.257.954	1.252.008	Total do Passivo	1.257.954	1.252.008

Visite o site de Relações com Investidores: www.portobello.com.br/ri

PBG S.A.

Informações Financeiras Intermediárias
Individuais e Consolidadas Referentes ao
Trimestre Findo em 31 de Março de 2018 e
Relatório sobre a Revisão de
Informações Trimestrais

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas e Administradores da
PBG S.A.
Tijucas - SC

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, da PBG S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2018, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – "Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standards Board - IASB", assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) e a IAS 34 aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 225.000 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (“DVA”), referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2018, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR e como informação suplementar pelas normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRS”), emitidas pelo IASB, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As Informações Trimestrais - ITR mencionadas no primeiro parágrafo incluem informações financeiras correspondentes às demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado do trimestre findo em 31 de março de 2017, obtidas das Informações Trimestrais - ITR daquele trimestre, e aos balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2017, obtidas das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017, apresentadas para fins de comparação. A revisão das Informações Trimestrais - ITR do trimestre findo em 31 de março de 2017 e o exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatórios de revisão e de auditoria com datas de 04 de maio de 2017 e 22 de fevereiro de 2018, respectivamente, sem ressalvas.

Joinville, 15 de maio de 2018

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8 “F” SC

Jonas Dal Ponte
Contador
CRC nº RS 058908/O-1

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras e Relatório de Revisão Especial dos Auditores Independentes

Nos termos da Instrução CVM 480/09, inciso I do artigo 28, em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da referida instrução, a diretoria da PBG S.A., declara que:

- (i) reviram, discutiram e concordam com as Informações Trimestrais da Companhia do trimestre findo em 31.03.2018; e
- (ii) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório de revisão especial da DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Auditores Independentes, relativamente às Informações Trimestrais da Companhia do trimestre findo em 31.03.2018.

Composição da Diretoria

Cesar Gomes Júnior – Diretor Presidente

Cláudio Ávila da Silva – Vice-Presidente Institucional

John Shojiro Suzuki – Vice-Presidente de Operações

Mauro do Valle Pereira – Vice-Presidente de Negócios

Tijucas, 15 de maio de 2018.

Cesar Gomes Júnior

Cláudio Ávila da Silva

John Shojiro Suzuki

Mauro do Valle Pereira

PBG S.A e empresas controladas

Informações Financeiras Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Balancos Patrimoniais

Em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017

Ativo	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		Passivo	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31 de março de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de março de 2018	31 de dezembro de 2017			31 de março de 2018	31 de dezembro de 2017		
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	46.596	78.756	65.099	94.379	Fornecedores	19a	122.749	112.413	126.934	114.569
Contas a receber de clientes	7	208.855	203.703	225.585	218.412	Cessão com crédito fornecedores	19b	31.019	35.127	31.019	35.127
Estoques	8	189.617	179.166	189.706	179.323	Empréstimos e financiamentos	20	148.887	146.402	148.887	146.402
Adiantamentos a fornecedores		4.716	4.594	5.828	5.136	Empréstimos e financiamentos		96.828	98.678	96.828	98.678
Tributos a Recuperar	9	9.168	14.496	10.371	15.922	Debêntures		52.059	47.724	52.059	47.724
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	13a	625	4.034	642	4.050	Parcelamento de obrigações tributárias	21	10.570	14.033	10.651	14.126
Demais tributos a recuperar	9	8.543	10.462	9.729	11.872	Impostos, taxas e contribuições	23	7.733	14.430	8.601	15.273
Dividendos a receber	16a	32.529	32.529	-	-	Imposto de renda e contribuição social a recolher	13a	1.646	-	3.605	1.758
Despesas antecipadas		6.182	1.699	6.396	1.720	Dividendos a pagar	33	6.002	6.002	6.035	6.035
Outros		4.610	5.680	8.219	7.731	Adiantamentos de clientes		10.263	10.959	11.747	12.615
Total ativo circulante		502.273	520.623	511.204	522.623	Obrigações sociais e trabalhistas		30.617	27.879	34.526	31.330
						Provisão para participação nos lucros		5.677	4.289	5.677	4.289
						Contas a pagar de investimentos	19c	19.349	19.049	20.057	19.049
						Dividendos antecipados	16a	7.500	-	-	-
						Outros		13.865	12.541	14.545	13.737
						Total passivo circulante		415.877	403.124	422.284	414.310
Não circulante						Não circulante					
Créditos com controladas		71.480	67.861	-	-	Fornecedores	19a	81.198	78.496	81.198	78.496
Créditos com outras pessoas ligadas	10	95.474	94.651	95.474	94.651	Empréstimos e financiamentos	20	350.316	365.982	351.538	367.159
Depósitos judiciais	11	95.791	93.470	95.871	93.501	Empréstimos e financiamentos		222.165	238.003	223.387	239.180
Recebíveis da Eletrobrás	12	12.821	12.821	12.821	12.821	Debêntures		128.151	127.979	128.151	127.979
Tributos a recuperar	9	6.033	6.407	6.033	6.407	Provisões cíveis, trabalhistas, previd e tributárias	24	36.565	28.183	36.596	28.214
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13b	-	-	4.353	522	Imposto de renda e contribuição social diferidos	13b	11.541	14.186	11.541	14.186
Ativos judiciais	14	46.611	45.969	46.611	45.969	Parcelamento de obrigações tributárias	21	60.076	62.226	60.483	62.648
Ativo atuarial		5.758	5.758	5.758	5.758	Provisão perdas em investimentos	16a	66.394	67.717	-	-
Aplicações financeiras vinculadas	20	7.030	6.938	7.030	6.938	Provisão para incentivo de longo prazo	26	1.935	1.935	1.935	1.935
Outros		2.892	2.358	3.058	2.359	Outros LP		-	-	594	-
Total ativo não circulante		343.890	336.233	277.009	268.926	Total passivo não circulante		608.025	618.725	543.885	552.638
						Patrimônio líquido	27				
Investimentos						Capital social realizado		130.000	130.000	130.000	130.000
Participação em controladas	16a	21.247	9.131	-	-	Reservas de lucros		143.988	143.988	143.988	143.988
Outros investimentos		298	298	298	298	Ajuste de avaliação patrimonial		(4.741)	(4.172)	(4.741)	(4.172)
Imobilizado	17	439.418	431.122	449.275	440.595	Dividendos adicionais propostos	33	15.232	15.232	15.232	15.232
Intangível	18	8.542	9.490	20.168	19.566	Lucros acumulados		7.287	-	7.287	-
Total ativo não circulante		813.395	786.274	746.750	729.385	Participação dos não controladores		291.766	285.048	291.766	285.048
Total do ativo		1.315.668	1.306.897	1.257.954	1.252.008	Total do passivo e patrimônio líquido		1.315.668	1.306.897	1.257.954	1.252.008

PBG S.A e empresas controladas

Informações Financeiras Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Demonstrações dos resultados

Para os períodos findos em 31 março de 2018 e de 2017

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31 de março de 2018	31 de março de 2017	31 de março de 2018	31 de março de 2017
Receita líquida de venda	28	223.310	213.213	245.901	235.634
Custo dos produtos vendidos	29	(147.351)	(138.946)	(147.630)	(139.757)
Lucro operacional bruto		75.959	74.267	98.271	95.877
Receitas (despesas) operacionais líquidas					
Vendas	29	(52.439)	(47.075)	(63.825)	(56.686)
Gerais e administrativas	29	(8.766)	(8.110)	(9.260)	(8.275)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	30	(1.660)	12.134	(1.577)	11.961
Resultado de equivalência patrimonial	16a	11.774	9.027	-	-
		<u>(51.091)</u>	<u>(34.024)</u>	<u>(74.662)</u>	<u>(53.000)</u>
Lucro operacional antes do resultado financeiro		24.868	40.243	23.609	42.877
Resultado financeiro	31				
Receitas financeiras		2.184	5.640	2.404	5.781
Despesas financeiras		(16.868)	(20.391)	(17.244)	(20.710)
Variação cambial líquida		(363)	(522)	(363)	(516)
		<u>(15.047)</u>	<u>(15.273)</u>	<u>(15.203)</u>	<u>(15.445)</u>
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		9.821	24.970	8.406	27.432
Imposto de renda e contribuição social	13				
Corrente		(1.646)	-	(4.055)	(2.454)
Diferido		(1.186)	(5.106)	2.645	(5.106)
		<u>(2.832)</u>	<u>(5.106)</u>	<u>(1.410)</u>	<u>(7.560)</u>
Lucro (prejuízo) líquido do período		6.989	19.864	6.996	19.872
Resultado líquido atribuível a					
Acionistas da Companhia		6.989	19.864	6.989	19.864
Participação dos não controladores		-	-	7	8
				<u>7</u>	<u>8</u>
Quantidade por lote de mil ações em circulação na data do balanço				<u>158.489</u>	<u>158.489</u>
Lucro básico e diluído do período por ação - R\$	32			<u>0,04</u>	<u>0,13</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

PBG S.A e empresas controladas

Informações Financeiras Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Demonstrações do resultado abrangente

Em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31 de março de 2018	31 de março de 2017	31 de março de 2018	31 de março de 2017
Resultado líquido do período		6.989	19.864	6.996	19.872
Outros componentes do resultado abrangente					
Variação cambial de controlada localizadas no exterior	16a	(271)	(296)	(271)	(296)
Total do resultado abrangente do período		6.718	19.568	6.725	19.576
Resultado abrangente do período atribuível a					
Acionistas da Companhia		6.718	19.568	6.718	19.568
Participação dos não controladores		-	-	7	8

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

PBG S.A e empresas controladas

Informações Financeiras Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Demonstrações das mutações do Patrimônio Líquido

Para os períodos de tres meses findos em 31 março de 2018 e de 2017

	Reservas de lucros				Ajustes de avaliação patrimonial			Lucros (prejuízos) acumulados	Total Controladora	Participação de não controladores	Total Consolidado	
	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Reserva de lucros a destinar	Dividendos adicionais propostos	Custo atribuído	Ajustes acumulados de conversão					Outros resultados abrangentes
Controladora e Consolidado												
Em 31 de dezembro de 2016	119.565	15.219	103.197	2.713	-	37.060	(28.520)	(10.786)	-	238.448	11	238.459
Realização da reserva de reavaliação	-	-	-	-	-	(296)	-	-	296	-	-	-
Variação cambial de controlada localizada no exterior	-	-	-	-	-	-	1.854	-	-	1.854	-	1.854
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	-	19.864	19.864	8	19.872
Em 31 de março de 2017	119.565	15.219	103.197	2.713	-	36.764	(26.666)	(10.786)	20.160	260.166	19	260.185
Em 31 de dezembro de 2017	130.000	18.426	95.400	30.162	15.232	35.876	(29.523)	(10.525)	-	285.048	12	285.060
Realização da reserva de reavaliação	-	-	-	-	-	(298)	-	-	298	-	-	-
Variação cambial de controlada localizada no exterior	-	-	-	-	-	-	(271)	-	-	(271)	-	(271)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	6.989	6.989	7	6.996
Em 31 de março de 2018	130.000	18.426	95.400	30.162	15.232	35.578	(29.794)	(10.525)	7.287	291.766	19	291.785

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

PBG S.A e empresas controladas

Informações Financeiras Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Demonstrações de fluxo de caixa

Para os períodos de tres meses findos em 31 março de 2018 e de 2017

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31 de março de 2018	31 de março de 2017	31 de março de 2018	31 de março de 2017
Caixa líquido das atividades operacionais		2.473	32.354	9.895	38.927
Caixa gerado nas operações		25.655	24.521	37.015	36.415
Resultado do período antes dos tributos		9.821	24.970	8.406	27.432
Depreciação e amortização	17b e 18b	9.798	9.090	10.845	9.843
Equivalência patrimonial	16a	(11.774)	(9.027)	-	-
Variação cambial não realizada		(399)	(424)	(346)	(427)
Variação cambial não realizada de empréstimo		(75)	(2.281)	(75)	(2.281)
Variação cambial não realizada PBA		(324)	1.857	(271)	1.854
Provisão de estoque a valor de mercado	8	(39)	(496)	(39)	(496)
Provisão para devedores duvidosos	7a	70	1.397	70	1.397
Provisões cíveis, trabalhistas, previd e tributárias	24	8.539	(19.551)	8.539	(19.439)
Provisões de obrigações trabalhistas		(3.152)	(3.317)	(3.304)	(3.770)
Provisão para participação nos lucros e incentivo de longo prazo		1.388	2.148	1.388	2.148
Outras provisões		1.335	3.939	1.335	3.888
Atualizações Ativos tributários		(642)	(832)	(642)	(832)
Atualizações Créditos com outras pessoas ligadas	10	(823)	(1.593)	(823)	(1.593)
Atualizações Encargos financeiros com tributos parcelados		676	1.389	684	1.398
Juros provisionados de empréstimos		9.673	15.162	9.718	15.200
Outros		1.184	1.666	1.184	1.666
Variações nos ativos e passivos		(19.274)	11.654	(21.532)	7.026
Contas a receber	7	(5.222)	9.320	(7.243)	8.730
Adiantamento de clientes		(696)	301	(868)	(1.904)
Estoque	8	(10.412)	(281)	(10.344)	(273)
Depósitos judiciais	11	(2.321)	(2.644)	(2.370)	(2.650)
Tributos a recuperar	9	2.293	2.133	2.517	2.192
Aplicação financeira vinculadas		(92)	(180)	(92)	(180)
Outros ativos		(3.947)	(6.468)	(5.863)	(8.370)
Contas a pagar		8.930	9.934	10.959	10.915
Adiantamento a fornecedores		(122)	(982)	(692)	(2.803)
Provisão para contingências	24	(157)	(707)	(157)	(707)
Parcelamentos	21	(6.289)	(2.550)	(6.324)	(2.568)
Obrigações fiscais e trabalhistas		(1.229)	10.913	(1.122)	11.727
Outras contas a pagar		(10)	(7.135)	67	(7.083)
Outros		(3.908)	(3.821)	(5.588)	(4.514)
Juros pagos		(3.908)	(3.821)	(3.907)	(3.821)
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	-	(1.681)	(693)
Caixa líquido das atividades de investimento		(15.204)	(2.098)	(19.746)	(4.187)
Aquisição do ativo imobilizado	17b	(17.036)	(3.719)	(17.527)	(3.777)
Aquisição do ativo intangível	18b	(437)	(387)	(2.219)	(387)
Dividendos recebidos		7.500	-	-	-
Recebimento de créditos com partes relacionadas		(3.295)	2.032	-	-
Recebimento na venda de ativo permanente		-	(24)	-	(23)
Integralização de capital em controladas		(1.936)	-	-	-
Caixa líquido das atividades de financiamento		(19.429)	(21.802)	(19.429)	(21.823)
Captação de empréstimos e financiamentos e debêntures		-	677	-	677
Pagamento de empréstimos e financiamentos		(19.429)	(22.456)	(19.429)	(22.456)
Dividendos pagos		-	(23)	-	(44)
(Redução)/aumento de caixa e equivalentes de caixa		(32.160)	8.454	(29.280)	12.917
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa		78.756	100.085	94.379	105.745
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa		46.596	108.539	65.099	118.662

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

PBG S.A e empresas controladas

Informações Financeiras Intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Demonstrações do valor adicionado

Para os períodos de tres meses findos em 31 março de 2018 e de 2017

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31 de março de 2018	31 de março de 2017	31 de março de 2018	31 de março de 2017
Receitas		273.312	266.701	298.153	291.116
Vendas de mercadorias, produtos e serviços		272.215	265.636	299.749	292.312
Outras receitas		1.168	2.462	(1.525)	201
Reversão (provisão) para crédito liquidação duvidosa	7a	(71)	(1.397)	(71)	(1.397)
Insumos adquiridos de terceiros		(137.384)	(112.453)	(140.405)	(115.735)
Custos Produtos, Mercadoria e Serviços Vendidos		(95.752)	(94.230)	(95.809)	(94.761)
Materiais, Energia, Serviços de Terceiros e Outros		(42.351)	(18.600)	(45.315)	(21.213)
Perda/Recuperação de Valores Ativos		719	377	719	239
Valor adicionado bruto		135.928	154.248	157.748	175.471
Retenções		(9.798)	(9.090)	(10.845)	(9.843)
Depreciação e amortização	17b e 18b	(9.798)	(9.090)	(10.845)	(9.843)
Valor adicionado líquido produzido		126.130	145.158	146.903	165.628
Valor adicionado recebido em transferência		16.090	19.880	8.365	11.000
Resultado de equivalência patrimonial	16a	7.944	9.027	-	-
Receitas financeiras		8.146	10.853	8.365	11.000
Valor adicionado total a distribuir		142.220	165.038	155.268	176.628
Distribuição do valor adicionado		142.220	165.038	155.268	176.628
Pessoal		50.888	48.726	56.782	53.714
Remuneração direta		42.904	41.133	47.992	45.521
Benefícios		4.985	4.898	5.392	5.185
FGTS		2.999	2.695	3.398	3.008
Impostos, taxas e contribuições		58.195	67.547	63.958	72.980
Federais		23.180	32.433	28.818	37.774
Estaduais		34.436	34.605	34.549	34.687
Municipais		579	509	591	519
Remuneração de capitais de terceiros		26.148	28.901	27.532	30.062
Juros		23.193	26.126	23.577	26.449
Aluguéis		2.955	2.775	3.955	3.613
Remuneração de capitais próprios		6.989	19.864	6.996	19.872
Lucros retidos		6.989	19.864	6.989	19.864
Participação dos não controladores nos lucros retidos		-	-	7	8
			15.273		15.449

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

1 Contexto operacional

A PBG S.A, também referida nesta demonstração como “Companhia” ou “Controladora”, é uma sociedade anônima de capital aberto e as suas ações são negociadas no segmento do Novo Mercado da Bolsa de valores Brasil, Bolsa, Balcão (B3), sob o código PTBL3. A Companhia é controlada por um grupo de acionistas, formalizado pelo acordo celebrado em 15 de abril de 2011, e aditado em 04 de agosto de 2017, e que detém em 31 de março de 2018, 54% das ações da sociedade. Os 46% remanescentes das ações são detidos por diversos acionistas.

A Companhia com sede em Tijucas, Santa Catarina, foi constituída em 1977 e tem como principal objeto social a industrialização e comercialização de produtos cerâmicos e porcelânicos em geral, como pisos, porcelanato técnico e esmaltado, peças decoradas e especiais, mosaicos, produtos destinados ao revestimento de paredes internas, fachadas externas, bem como, a prestação de serviços complementares para aplicação no ramo de materiais de construção civil no Brasil e no exterior.

Adicionalmente, a Companhia tem participação societária nas sociedades controladas: (i) Portobello Shop, administradora das redes de franquias de lojas Portobello Shop e Empório Portobello, com uma rede de lojas franqueadas especializadas em porcelanatos e revestimentos cerâmicos; (ii) PBTech que é responsável pela gestão de lojas próprias Portobello Shop e atualmente administra onze lojas; (iii) Mineração Portobello que é responsável pelo fornecimento de uma parte da matéria prima utilizada na produção dos revestimentos cerâmicos; (iv) Companhia Brasileira de Cerâmica constituída na região do Nordeste, e que atualmente esta sem operações; (v) Portobello América que foi constituída com o objetivo de vender os produtos Portobello no mercado norte-americano, e que atualmente está inativa.

2 Apresentação das informações intermediárias

a) Declaração de conformidade

As presentes informações financeiras incluem:

- As informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, aqui apresentadas sob o título de Controladora e Consolidado, respectivamente, fora preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e a norma internacional IAS 34 – “Interim Financial Reporting”, emitida pelo “International Accounting Standards Board - IASB” e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração.

A emissão das informações trimestrais individuais e consolidadas foi autorizada pelo Conselho de Administração em 15 de maio de 2018.

Todas as informações relevantes próprias das Informações Trimestrais, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

b) Novas normas, alterações ou interpretação de IFRS emitidas pelo IASB

Em 01 de janeiro de 2018, uma série de novas normas entraram em vigor, o IFRS 9 / CPC 48 – Instrumentos Financeiros e o IFRS 15 / CPC 47 – Receitas de Contratos com Clientes. Como já citado na Nota 3.20 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017, a Companhia não identificou impactos significativos, quando da adoção destas novas normas no trimestre findo em 31 de março de 2018.

Em relação ao IFRS 9 / CPC 48 – Instrumentos Financeiros, no trimestre findo 31 de março de 2018, a forma de apresentação dos instrumentos financeiros foi adequada conforme a seguir:

CPC 48/ IFRS 9 - Instrumentos Financeiros

A Companhia, conforme CPC 48 / IFRS 9, reconhece, mensura e classifica os ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos para comprar ou vender itens não financeiros conforme segue:

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

Ativo Financeiro: São reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e são mensurados após o reconhecimento inicial de acordo com sua classificação: (i) Mensurados ao custo amortizado, (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), e (iii) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR). A norma eliminou as categorias existentes na IAS 39 (mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda).

Provisão para perdas por redução ao valor recuperável (impairment) de Ativos Financeiros e Ativos Contratuais: O CPC 48 / IFRS 9 substituiu o modelo de “perdas incorridas” do CPC 38 (IAS 39) e agora a Companhia reconhece por um modelo prospectivo de “perdas de crédito esperadas”. Isso exige um julgamento relevante sobre como as mudanças em fatores econômicos que afetam as perdas esperadas de crédito.

O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais.

Passivos Financeiros: São reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e são mensurados após o reconhecimento inicial de acordo com sua classificação (i) mensurados pelo valor justo dos por meio do resultado (VJR) ou (ii) outros passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As variações de valor justo dos passivos designados como VJR são apresentadas da seguinte forma:

– o valor da variação do valor justo que é atribuível às alterações no risco de crédito do passivo financeiro são apresentado em VJORA; e

– o valor remanescente da variação do valor justo é apresentado no resultado.

(ii) Classificação

Ativos Financeiros: São classificados em três categorias, (i) Mensurados ao custo amortizado, (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), e (iii) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR).

Passivos Financeiros: são classificados em duas categorias, (i) mensurados pelo valor justo por meio do resultado (VJR) ou (ii) outros passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado.

A Administração não designou nenhum passivo financeiros como VJR.

3 Principais políticas contábeis

As práticas contábeis e os métodos de cálculo adotados na elaboração das informações trimestrais de 31 de março de 2018 são os mesmos praticados na preparação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, exceto pela adoção do CPC 48 / IFRS 9 - Instrumentos Financeiros mencionada na nota 2 b) acima.

4 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Os principais julgamentos e incertezas nas estimativas utilizadas na aplicação das práticas contábeis permanecem os mesmos detalhados nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

5 Gestão de risco financeiro**5.1 Fatores de risco financeiro**

As atividades da Companhia e suas controladas as expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro consolidado.

A gestão de risco é realizada pela Tesouraria e Diretoria Financeira, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A Tesouraria e a Diretoria Financeira identificam, avaliam e protegem a Companhia e suas controladas contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as suas unidades operacionais. O Conselho de Administração estabelece princípios, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

a) Risco de mercado**i) Risco cambial**

A Companhia atua internacionalmente e está exposta ao risco cambial decorrente de exposições a algumas moedas, principalmente com relação ao Dólar dos Estados Unidos e ao Euro. O risco cambial decorre de operações comerciais futuras, ativos e passivos reconhecidos e investimentos líquidos em operações no exterior.

Apresentamos a seguir os saldos ativos e passivos expostos à variação da taxa de câmbio:

	Em reais			
	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de março de 2018	31 de dezembro de 2017
Contas a receber	58.265	52.785	58.265	52.785
Conta corrente	6.355	3.806	6.355	3.806
Créditos com controladas	68.052	67.728	-	-
Ativos expostos	132.672	124.319	64.620	56.591
Provisão para perdas em investimentos	(66.394)	(67.717)	-	-
Fornecedores, comissões, líquido de adiantamentos	(14.309)	(9.718)	(14.309)	(9.718)
Fornecedores de investimento	(13.401)	(12.392)	(13.401)	(12.392)
Empréstimos e financiamentos	(42.167)	(42.303)	(42.167)	(42.303)
Passivos expostos	(136.271)	(132.130)	(69.877)	(64.413)
Exposição líquida	(3.599)	(7.811)	(5.257)	(7.822)

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas referentes às Informações Financeiras Intermediárias referente ao período findo em 31 de março de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

	Em Euro				Em Dólar			
	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de março de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de março de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de março de 2018	31 de dezembro de 2017
Contas a receber	335	317	335	317	13.317	12.659	13.317	12.659
Conta corrente	-	-	-	-	1.912	1.150	1.912	1.150
Créditos com controladas	-	-	-	-	20.474	20.474	-	-
Provisão para perdas em investimentos	-	-	-	-	(19.975)	(20.471)	-	-
Fornecedores, comissões, líquido de adiantamentos	(980)	(541)	(980)	(541)	(2.873)	(2.288)	(2.873)	(2.288)
Fornecedores de investimento	(3.429)	(3.122)	(3.429)	(3.122)	(65)	-	(65)	-
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	(12.687)	(12.788)	(12.687)	(12.788)
	(4.074)	(3.346)	(4.074)	(3.346)	103	(1.264)	(396)	(1.267)

Embora a exposição cambial líquida esteja pequena, a Companhia mantém a estratégia de conservar a exposição cambial passiva no montante equivalente a até um ano de suas exportações.

ii) Risco de fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

O risco de taxa de juros decorre de empréstimos e financiamentos de longo prazo e está associado a empréstimos emitidos a taxas variáveis que expõem a Companhia e suas controladas ao risco de taxa de juros e fluxo de caixa. Os empréstimos emitidos a taxas fixas expõem as entidades ao risco de valor justo associado à taxa de juros.

A Companhia e suas controladas monitoram continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de novas operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

No que diz respeito às aplicações financeiras, são preponderantemente realizadas em fundos de investimentos, conforme nota explicativa nº 6.

b) Risco de crédito

A Companhia e suas controladas mantem rigorosos controles sobre a concessão de créditos a seus clientes, e ajusta estes limites sempre que é detectada alteração material no nível de risco percebido.

c) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia e suas controladas não disporem de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria e Diretoria Financeira.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Controladora e consolidado, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa contratados não descontados.

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas referentes às Informações Financeiras Intermediárias referente ao período findo em 31 de março de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

	Controladora							
	31 de março de 2018				31 de dezembro de 2017			
	* Empréstimos e debêntures	Arrendamento financeiro	Fornecedor e cessão	Parcelamento de obrigações tributárias	* Empréstimos e debêntures	Arrendamento financeiro	Fornecedor e cessão	Parcelamento de obrigações tributárias
Menos de um ano	148.745	142	153.768	10.570	146.051	351	147.540	14.033
Entre um e dois anos	236.299	-	81.198	21.550	252.500	-	78.496	21.334
Entre dois e cinco anos	102.772	-	-	32.325	102.778	-	-	32.001
Acima de cinco anos	14.820	-	-	6.201	14.836	-	-	8.891
	<u>502.636</u>	<u>142</u>	<u>234.966</u>	<u>70.646</u>	<u>516.165</u>	<u>351</u>	<u>226.036</u>	<u>76.259</u>

*A diferença entre o total de empréstimos e debêntures apresentadas nessa tabela e o balanço decorre do AVP do Prodec.

	Consolidado							
	31 de março de 2018				31 de dezembro de 2017			
	* Empréstimos e debêntures	Arrendamento financeiro	Fornecedor e cessão	Parcelamento de obrigações tributárias	* Empréstimos e debêntures	Arrendamento financeiro	Fornecedor e cessão	Parcelamento de obrigações tributárias
Menos de um ano	148.745	142	157.953	10.651	146.051	351	149.696	14.126
Entre um e dois anos	237.521	-	81.198	21.698	253.677	-	78.496	21.478
Entre dois e cinco anos	102.772	-	-	32.547	102.778	-	-	32.217
Acima de cinco anos	14.820	-	-	6.238	14.836	-	-	8.953
	<u>503.858</u>	<u>142</u>	<u>239.151</u>	<u>71.134</u>	<u>517.342</u>	<u>351</u>	<u>228.192</u>	<u>76.774</u>

* A diferença entre o total de empréstimos e debêntures apresentadas nessa tabela e o balanço decorre do AVP do Prodec.

d) Análise de sensibilidade

i) Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras da Companhia bem como as despesas financeiras provenientes dos financiamentos e empréstimos são afetados pelas variações nas taxas de juros, tais como CDI e Selic.

Em 31 de março de 2018 a administração considerou como cenário provável a alta da taxa CDI de 6,39% e da Selic de 6,40%. A taxa provável foi então agravada em 25% e 50%, servindo como parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente.

Os cenários abaixo foram estimados para o período de um ano:

	31 de março de 2018	Risco	Consolidado em Reais					
			Provável		Possível (25%)*		Remoto (50%)*	
			%	R\$	%	R\$	%	R\$
Empréstimos - Capital de Giro	(1.221)	Alta CDI	6,39%	(78)	7,99%	(98)	9,59%	(117)
Empréstimos - Nota de crédito de exportação	(114.559)	Alta CDI	6,39%	(7.320)	7,99%	(9.150)	9,59%	(10.980)
Debêntures	(180.210)	Alta CDI	6,39%	(11.515)	7,99%	(14.394)	9,59%	(17.273)
	<u>(250.001)</u>			<u>(16.098)</u>		<u>(21.531)</u>		<u>(26.962)</u>
Parcelamento de obrigações tributárias	(71.134)	Alta Selic	6,40%	(4.553)	8,00%	(5.691)	9,60%	(6.829)

*Cenários possível e remoto calculados com base na taxa provável.

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas referentes às Informações Financeiras Intermediárias referente ao período findo em 31 de março de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

ii) Análise de sensibilidade de variações nas taxas de câmbio

A Companhia possui ativos e passivos atrelados a moeda estrangeira no balanço de 31 de março de 2018 e para fins de análise de sensibilidade, adotou como cenário provável a taxa de mercado futuro vigente no período de elaboração destas informações trimestrais. A taxa provável foi então agravada em 25% e 50%, servindo como parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente.

Desta forma, o quadro abaixo demonstra simulação do efeito da variação cambial no resultado futuro:

	Consolidado em Reais						
	31 de março de 2018	Provável		Possível (25%)*		Remoto (50%)*	
		Taxa US\$	Ganho (Perda)	Taxa US\$	Ganho (Perda)	Taxa US\$	Ganho (Perda)
Contas a receber	58.265	3,260	(1.118)	4,075	14.566	4,890	29.133
Conta corrente	6.355	3,260	(122)	4,075	1.589	4,890	3.178
Contas a pagar, líquido de adiantamentos	(27.710)	3,260	532	4,075	(6.927)	4,890	(13.855)
Empréstimos e financiamentos	(42.167)	3,260	809	4,075	(10.542)	4,890	(21.084)
Exposição líquida	(5.257)		101		(1.314)		(2.628)

*Cenários possível e remoto calculados com base na taxa provável, baseada no Relatório Focus do Bacen de 20 de abril de 2018.

5.2 Gestão de capital

Os objetivos da administração ao gerir seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia e suas controladas para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de proporcionar a melhor gestão de caixa, de forma obter o menor custo de captação de recursos na combinação de capital próprio ou capital de terceiros.

O capital é monitorado com base no índice de alavancagem financeira consolidado. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e parcelamento de obrigações tributárias, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa, créditos com outras pessoas ligadas e títulos e valores mobiliários. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de março de 2018 podem ser assim sumariados:

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de março de 2018	31 de dezembro de 2017
Empréstimos e financiamentos	499.203	512.384	500.425	513.561
Parcelamento de obrigações tributárias	70.646	76.259	71.134	76.774
Menos: Caixa e equivalentes de caixa	(46.596)	(78.756)	(65.099)	(94.379)
Créditos com outras pessoas ligadas	(95.474)	(94.651)	(95.474)	(94.651)
Aplicações Financeiras	(7.030)	(6.938)	(7.030)	(6.938)
Dívida líquida	420.749	408.298	403.956	394.367
Total do patrimônio líquido	291.766	285.048	291.785	285.060
Total do capital	712.515	693.346	695.741	679.427
Índice de alavancagem financeira (%)	59	59	58	58

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas referentes às Informações Financeiras Intermediárias referente ao período findo em 31 de março de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

5.3 Instrumentos financeiros por categoria

No quadro a seguir realizamos a classificação dos instrumentos financeiros por categoria em cada uma das datas apresentadas:

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de março de 2018	31 de dezembro de 2017
Ativos, avaliados pelo valor justo por meio de resultado				
Caixa e equivalentes de caixa	46.596	78.756	65.099	94.379
Aplicações financeiras	7.030	6.938	7.030	6.938
Custo amortizado				
Créditos com outras pessoas ligadas	95.474	94.651	95.474	94.651
Contas a receber de clientes	208.855	203.703	225.585	218.412
	<u>357.955</u>	<u>384.048</u>	<u>393.188</u>	<u>414.380</u>
Custo amortizado				
Fornecedores e Cessão	234.966	226.036	239.151	228.192
Empréstimos, financiamentos e debêntures	499.203	512.384	500.425	513.561
Parcelamento de obrigações tributárias	70.646	76.259	71.134	76.774
	<u>804.815</u>	<u>814.679</u>	<u>810.710</u>	<u>818.527</u>

A aplicação financeira é um fundo de investimento de longo prazo e está atrelada a uma cláusula de reciprocidade no contrato de empréstimo com o Banco do Nordeste.

6 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de março de 2018	31 de dezembro de 2017
Conta corrente	10.465	12.801	19.110	15.417
Aplicações financeiras	36.131	65.955	45.989	78.962
	<u>46.596</u>	<u>78.756</u>	<u>65.099</u>	<u>94.379</u>

As aplicações financeiras designadas como equivalentes de caixa são participações em fundos de investimento, cuja rentabilidade média do fundo em março de 2018 foi equivalente a 95,8% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) e a aplicação pode ser resgatada a qualquer momento, sem penalidades.

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas referentes às Informações Financeiras Intermediárias referente ao período findo em 31 de março de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

7 Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de março de 2018	31 de dezembro de 2017
Contas a receber de terceiros:				
Mercado interno	152.964	153.302	168.883	167.560
Mercado externo	58.265	52.785	58.265	52.785
	<u>211.229</u>	<u>206.087</u>	<u>227.148</u>	<u>220.345</u>
Contas a receber de partes relacionadas:				
Entidades ligadas à administração	80	-	891	451
	<u>80</u>	<u>-</u>	<u>891</u>	<u>451</u>
<i>Impairment</i> de contas a receber de clientes:				
Provisão para devedores duvidosos	(2.454)	(2.384)	(2.454)	(2.384)
	<u>(2.454)</u>	<u>(2.384)</u>	<u>(2.454)</u>	<u>(2.384)</u>
	<u>208.855</u>	<u>203.703</u>	<u>225.585</u>	<u>218.412</u>

A Administração entende que a provisão para créditos de liquidação duvidosa é suficiente para cobrir prováveis perdas na liquidação das contas a receber considerando a situação de cada cliente e respectivas garantias oferecidas. Seu valor representa a estimativa de risco de não realização dos recebíveis vencidos sob a análise do gestor responsável.

A constituição e baixa da provisão para contas a receber são registradas no resultado como despesas comerciais.

Os recebíveis da Companhia figuram como garantia de alguns dos empréstimos e financiamentos tomados, conforme descrito na nota explicativa nº 20. Seu montante é calculado a partir de um percentual do saldo residual da dívida. Em 31 de março de 2018, o total de contas a receber dados em garantia era de R\$ 76.698 (R\$ 79.332 em 31 de dezembro de 2017).

8 Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de março de 2018	31 de dezembro de 2017
Produtos acabados	154.083	144.331	154.172	144.488
Produtos em processo	7.634	6.207	7.634	6.207
Matérias-primas e materiais de consumo	33.341	31.729	33.341	31.729
Provisão para avaliação de estoques ao valor de realização	(7.004)	(7.043)	(7.004)	(7.043)
Importações em andamento	1.563	3.942	1.563	3.942
	<u>189.617</u>	<u>179.166</u>	<u>189.706</u>	<u>179.323</u>

Foram dados em garantia de empréstimos e financiamentos, estoques de produtos acabados no montante de R\$ 11.016 (R\$ 11.016 em 31 dezembro de 2017).

A Companhia constitui provisão para perdas com estoques levando em consideração o menor valor entre o valor líquido de custo e o valor recuperável. A despesa com a constituição da provisão para perda dos estoques foi registrada na rubrica "custo dos produtos vendidos" na demonstração do resultado do exercício. Quando não existe expectativa de recuperação, os valores creditados na rubrica são realizados contra a baixa definitiva do estoque.

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas referentes às Informações Financeiras Intermediárias referente ao período findo em 31 de março de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

9 Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de março de 2018	31 de dezembro de 2017
Circulante				
ICMS	3.145	5.646	3.620	6.120
IPI (a)	3.240	3.051	3.352	3.399
IRRF/CSRF	146	1.612	181	1.635
IRPJ/CSLL	625	4.034	642	4.050
PIS/COFINS	-	-	420	421
Reintegra (b)	1.840	-	1.840	-
Outros	172	153	316	297
	<u>9.168</u>	<u>14.496</u>	<u>10.371</u>	<u>15.922</u>
Não circulante *				
ICMS	2.766	2.728	2.766	2.728
PIS/COFINS	3.267	3.679	3.267	3.679
	<u>6.033</u>	<u>6.407</u>	<u>6.033</u>	<u>6.407</u>

* Impostos a recuperar decorrentes de aquisições de ativo imobilizado.

a) Redução dos percentuais das alíquotas de IPI

A redução dos percentuais das alíquotas de IPI incidentes sobre os produtos produzidos e comercializados pela Companhia é permitida pelo Decreto nº 8.950, de 29 de dezembro de 2016 que define alíquota zero para o IPI do setor, por prazo indeterminado. Esta medida origina créditos que são utilizados trimestralmente para compensação de tributos federais.

b) Reintegra

Em 31 de março de 2018 os créditos tributários referentes ao Reintegra foram reclassificados da rubrica patrimonial "outros ativos circulantes" para "tributos a recuperar". Em 31 de dezembro de 2017, o valor era R\$ 862. O Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras (Reintegra) consiste na devolução de parte do montante exportado na forma de crédito tributário para redução de tributos federais.

10 Créditos com outras pessoas ligadas

A Companhia adquiriu, entre 2001 e 2003, da parte relacionada Refinadora Catarinense S.A. ("Refinadora") créditos fiscais contra a Fazenda Nacional decorrentes de Mandado de Segurança reclamando o direito ao ressarcimento de crédito-prêmio IPI. A Companhia utilizou tais créditos, para liquidação de tributos federais. Conforme previsto no contrato entre as partes, na eventualidade desses créditos não serem validados por parte da Fazenda Nacional, a "Refinadora" deveria ressarcir a Companhia.

O Supremo Tribunal Federal pronunciou-se em meados de 2009 definindo o marco extintivo deste incentivo em 04 de outubro de 1990, extinguindo as pretensões de utilização deste crédito. Dado este fato a Companhia aderiu ao parcelamento previsto na Lei nº 11.941/09, incluindo então o débito decorrente da utilização do crédito adquirido da "Refinadora".

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas referentes às Informações Financeiras Intermediárias referente ao período findo em 31 de março de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Ressalta-se que a “Refinadora” já havia celebrado contrato com a Companhia garantindo o ressarcimento dos valores utilizados. A referida garantia foi prestada com créditos originados também sobre o benefício fiscal ‘crédito-prêmio do IPI’, de período de apuração anterior a 04 de outubro de 1990, tramitando na Justiça Federal do Distrito Federal, com decisão de liquidação de sentença transitada em julgada e favorável a Refinadora.

Por ocasião da adesão ao parcelamento da Lei 11.941/09, a Companhia e “Refinadora” firmaram instrumento confirmando como garantia tais créditos, bem como aptos a satisfação da totalidade dos débitos tributários parcelados. Em 31 de março de 2018, esses créditos que também têm origem no processo 87.00.00967-9, representam R\$ 95.474 (R\$ 94.651 em 31 de dezembro de 2017) e são atualizados pela taxa SELIC, conforme contrato.

Importa dizer que os créditos em garantias já se transformaram em precatórios. Com efeito, a Companhia recebeu 4 parcelas de um total de 10 parcelas anuais, conforme disposto em contrato. Os recebimentos ocorreram em agosto de 2011, março de 2013, abril de 2014 e dezembro de 2015, nos montantes de R\$ 8.505, R\$ 9.824, R\$ 9.995 e R\$ 10.000, respectivamente. Adicionalmente foi recebido em setembro de 2016 o montante de R\$ 2.167 em complemento a parcela 04. As parcelas 05, 06 e 07 já estão depositadas para a Refinadora, porém o repasse depende de alvará de liberação, que está em andamento.

A Refinadora Catarinense S/A foi controladora da PBG S/A no passado e atualmente possui acionistas em comum, e permanece financeiramente responsável pelo adimplemento da obrigação.

11 Depósitos judiciais

A Companhia e suas controladas são partes envolvidas em ações judiciais de natureza tributária, cível e trabalhista (vide nota explicativa nº 24) e estão discutindo essas questões na esfera administrativa e judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. Estes estão registrados pelo valor original atualizado pelos índices relativos à remuneração básica da poupança, TR + 0,5%.

Os depósitos judiciais são apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas:

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de março de 2018	31 de dezembro de 2017
Cível (a)	81.198	78.568	81.198	78.568
Trabalhista	8.414	8.381	8.463	8.381
Tributária	6.179	6.521	6.210	6.552
	<u>95.791</u>	<u>93.470</u>	<u>95.871</u>	<u>93.501</u>

a) A Companhia, em razão de decisão intempestiva e unilateral por parte do fornecedor SC Gás, na suspensão do desconto do valor mensal do gás contratado, benefício intitulado de plano de fidelização, ingressou na justiça, postulando a manutenção do mencionado benefício, tendo sido deferida medida liminar para que os valores referentes ao desconto fossem depositados em juízo.

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas referentes às Informações Financeiras Intermediárias referente ao período findo em 31 de março de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

12 Recebíveis da Eletrobras

A Companhia moveu ação contra a Centrais Elétricas Brasileira S/A - Eletrobras visando o ressarcimento do empréstimo compulsório pago através das faturas de energia elétrica entre os anos de 1977 e 1993, com base na Lei 4.156/62.

Em 2005 esta ação foi julgada procedente e em fevereiro de 2006 a Companhia promoveu a ação de execução e reconheceu o valor apurado pela perícia judicial atualizando mensalmente pelo INPC acrescido de 12% ao ano. Após esse período o cálculo foi submetido às revisões apuradas pela contadoria da Justiça Federal.

Em 2014, a Eletrobras foi condenada ao pagamento de R\$ 35.395 apurado pela perícia com data base de agosto de 2013. A Companhia contestou esta decisão, requerendo que os cálculos fossem retificados e que fossem estabelecidos os critérios adotados na quantificação do valor da condenação, em virtude das divergências entre as partes. Baseada nessa situação, em julho de 2014 a Companhia decidiu interromper a atualização do ativo, até nova decisão do valor e dos critérios utilizados neste processo, mantendo o saldo contábil atualizado no montante de R\$ 48.621.

Em 2016, após o trânsito em julgado do processo de liquidação de sentença, a Companhia contratou um perito contábil para quantificar o crédito a ser executado, ajustando (reduzindo) o valor em razão de ulterior decisão do STJ.

Em 2017, a Companhia ajuizou ação de cumprimento de sentença, no valor total de R\$ 12.821. No período até 31 de março de 2018 o valor permanece o mesmo.

13 Imposto de renda e contribuição social

a) Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

O imposto de renda e a contribuição social a recuperar e a recolher têm a seguinte composição:

	Ativo Circulante				Passivo Circulante			
	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de março de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de março de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de março de 2018	31 de dezembro de 2017
Imposto de renda	428	2.823	444	2.839	(1.209)	-	(2.639)	(1.284)
Contribuição social	197	1.211	198	1.211	(437)	-	(966)	(474)
	625	4.034	642	4.050	(1.646)	-	(3.605)	(1.758)

Os impostos são apresentados líquidos, no ativo ou passivo, caso haja direito legal de compensar ativos e passivos fiscais correntes.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos para controladora e consolidado são os seguintes:

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas referentes às Informações Financeiras Intermediárias referente ao período findo em 31 de março de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de março de 2018	31 de dezembro de 2017
Prejuízos fiscais	14.580	15.288	14.580	15.288
Diferenças temporárias ativas	25.485	21.570	29.838	22.092
Variações cambiais pelo regime de caixa	3.009	2.873	3.009	2.873
Provisão para ajuste a valor de mercado	1.793	1.841	1.793	1.841
Provisão para contingências	11.435	8.585	11.435	8.585
Provisão participação nos lucros e incentivo de longo prazo	2.588	2.116	2.588	2.116
Prejuízos fiscais em controladas	-	-	4.353	522
Outras diferenças temporárias ativas	6.660	6.155	6.660	6.155
Diferenças temporárias passivas	(51.606)	(51.044)	(51.606)	(51.044)
Portobello previdência	(1.958)	(1.957)	(1.958)	(1.957)
Realização da reserva de reavaliação	(18.328)	(18.481)	(18.328)	(18.481)
Recebíveis da Eletrobrás	(4.359)	(4.359)	(4.359)	(4.359)
Contingência ativa - crédito prêmio IPI - fase I	(2.633)	(2.591)	(2.633)	(2.591)
Contingência ativa - crédito prêmio IPI - fase II	(7.581)	(7.461)	(7.581)	(7.461)
Contingência ativa - Semestralidade do PIS	(3.041)	(3.025)	(3.041)	(3.025)
Contingência ativa - Correção cédulas de crédito rural	(2.593)	(2.552)	(2.593)	(2.552)
Ajuste a valor presente	(1.215)	(1.405)	(1.215)	(1.405)
Ajuste de depreciação (pela vida útil dos bens)	(9.898)	(9.213)	(9.898)	(9.213)
Imposto de renda e contribuição social diferidos - Líquido	(11.541)	(14.186)	(7.188)	(13.664)
Ativo não circulante	-	-	4.353	522
Passivo não circulante	(11.541)	(14.186)	(11.541)	(14.186)

A movimentação líquida em 31 de março de 2018 da conta de imposto de renda e contribuição social diferidos é a seguinte:

	Controladora	Consolidado
31 de dezembro de 2017	(14.186)	(13.664)
Prejuízos fiscais	(708)	(708)
Prejuízos fiscais em controladas	-	3.831
Diferenças temporárias ativas	3.915	3.915
Diferenças temporárias passivas	(715)	(715)
Reserva de reavaliação	153	153
Em 31 de março de 2018	(11.541)	(7.188)

A movimentação dos ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferido durante o período, sem levar em consideração a compensação dos saldos para controladora e consolidado é a seguinte:

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas referentes às Informações Financeiras Intermediárias referente ao período findo em 31 de março de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
	31 de março de 2018	31 de março de 2018
Ativo de imposto diferido debitado (creditado) ao resultado		
Prejuízos fiscais	(708)	(708)
Variações cambiais pelo regime de caixa	136	136
Provisão para ajuste a valor de mercado	(49)	(49)
Provisão para contingências	2.850	2.850
Provisão participação nos lucros e incentivo de longo prazo	472	472
Outras diferenças temporárias ativas	504	504
	<u>3.205</u>	<u>3.205</u>
Realização da reserva de reavaliação	153	153
Recebíveis da Eletrobrás	(41)	(41)
Contingência ativa - crédito prêmio IPI - fase I	(119)	(119)
Contingência ativa - crédito prêmio IPI - fase II	(17)	(17)
Contingência ativa - Semestralidade do Pis	(41)	(41)
Contingência ativa - Correção cédulas de crédito rural	189	189
Ajuste a valor presente	(684)	(684)
Crédito de prejuízo fiscal de controlada	(3.831)	-
	<u>(4.391)</u>	<u>(560)</u>
	<u>(1.186)</u>	<u>2.645</u>

c) Imposto de renda e contribuição social, resultado

As despesas com imposto de renda e contribuição social são apresentadas conforme abaixo:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	31 de março de 2018	31 de março de 2017	31 de março de 2018	31 de março de 2017
Resultado antes do imposto	9.821	24.970	8.406	27.432
Imposto calculado com base na taxa nominal - 34%	(3.339)	(8.490)	(2.858)	(9.327)
Resultado de subsidiárias por equivalência patrimonial	4.004	3.069	-	-
Despesas não dedutíveis para fins de impostos	328	314	328	314
Depreciação de ativos reavaliados	(153)	(152)	(153)	(152)
Créditos tributários s/ prejuízos fiscais e diferenças temporárias	(2.486)	5.259	(1.372)	6.711
Imposto corrente sobre o lucro do exercício	(1.646)	-	(4.055)	(2.454)
Constituição de imposto de renda e contribuição social diferidos	(1.186)	(5.106)	2.645	(5.106)
Despesa com imposto de renda e contribuição social	(2.832)	(5.106)	(1.410)	(7.560)
Aliquota efetiva	28,8%	20,4%	16,8%	27,6%

14 Ativo judicial

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de março de 2018	31 de dezembro de 2017
Crédito-prêmio do IPI (a)				
Processo nº 1987.0000.645-9	22.296	21.945	22.296	21.945
Processo nº 1984.00.020114-0	7.743	7.621	7.743	7.621
Semestralidade do PIS (b)	8.945	8.896	8.945	8.896
Correção cédulas de crédito rural (c)	7.627	7.507	7.627	7.507
	46.611	45.969	46.611	45.969

a) Crédito-prêmio do IPI

A Companhia possui processo judicial requerendo o reconhecimento de benefícios fiscais intitulados 'crédito-prêmio do IPI', em diferentes períodos de apuração. O processo nº 1987.0000.645-9, referente ao período de 01 de abril de 1981 a 30 de abril de 1985, já tendo decisão favorável à Companhia, encontra-se em fase de liquidação de sentença com os valores já apurados pela contadoria da Justiça Federal, o valor reconhecido em novembro de 2009, atualizado até 31 de março de 2018 é de R\$ 22.296.

Relativamente ao processo nº 1984.00.020114-0, referente ao período de 07 de dezembro de 1979 a 31 de março de 1981, após o transitio em julgado, ocorrido há mais 10 anos, iniciou-se a fase de liquidação e execução de sentença, sobrevivendo laudo pericial, realizado por perito judicial. As partes foram intimadas do '*quantum*' apurado para manifestação acerca da concordância ou impugnação do laudo. A Companhia concordou com os cálculos apresentados. A União, representada pela Procuradoria da Fazenda Nacional não se manifestou, ensejando a concordância tácita, operando-se a preclusão. Portanto, o processo está concluso para sentença e não há mais espaço para contestação. A Companhia reconheceu em 2015 o montante apurado pelo perito judicial no valor de R\$ 4.983, e como a Companhia entende que o ganho da mencionada ação é praticamente certo, registrou o ativo tributário em junho de 2015, e que atualizado até 31 de março de 2018 é de R\$ 7.743.

b) Semestralidade do PIS

Em 2017 a Companhia reconheceu o ativo referente a Semestralidade do PIS, baseado no transitio em julgado de maio de 2017, pelo qual obteve-se decisão favorável no Superior Tribunal Federal – STF para reaver valores pagos a maior a título de Pis. Em outubro de 2017, foi dada entrada no pedido de habilitação do crédito e aguarda-se retorno da Receita Federal. A mesma está em diligência confirmando valores.

c) Correção cédulas de crédito rural

Em março de 2017, a Companhia, com fundamento em decisão judicial proferida na Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público Federal, em face da União Federal, propôs ação individual de Execução de Sentença, com objetivo de cobrança do valor correspondente a diferença entre indexadores de correção monetária nas operações aplicáveis as cédulas de crédito rural, ocorridas em março de 1990. O valor atualizado da parcela incontroversa até 31 de março de 2018 é de R\$ 7.627.

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas referentes às Informações Financeiras Intermediárias referente ao período findo em 31 de março de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

15 Ativo contingente

O ativo contingente refere-se ao processo judicial 1998.34.00.029022-4 que também trata do reconhecimento de benefícios fiscais intitulados 'crédito-prêmio do IPI', que já teve sua liquidação de sentença transitada em julgado em março de 2015. A Companhia já está promovendo a execução de sentença, tendo o juiz da causa determinado à contadoria judicial que se pronunciasse sobre a correta aplicação dos critérios definidos em liquidação de sentença para posterior homologação do valor devido ('quantum'). A contadoria judicial da Justiça Federal pronunciou-se no sentido de ratificar os cálculos apresentados pela Companhia, pois "está em conformidade com a sentença". O valor foi apurado em R\$ 162.000, base novembro de 2017.

A Companhia promoveu em dezembro de 2017 comunicado ao mercado noticiando o fato.

A Administração mantém o entendimento de que o ativo é provável e desta forma é mantida sua divulgação em nota explicativa. Aguarda-se os próximos movimentos jurídicos para reconhecimento do ativo.

16 Investimentos

a) Participação em controladas

A Companhia é controladora de cinco empresas e os investimentos estão registrados no ativo não circulante sob a rubrica "Participação em controladas" e no passivo como "Provisão para perda em investimentos".

	País de constituição	Percentual de participação	Ativo	Passivo	Receita*	Resultado*
Em 31 de dezembro de 2017						
Portobello América Inc.	Estados Unidos	100,00%	26	67.743	-	(67)
PBTech Ltda.	Brasil	99,94%	14.359	8.425	62.772	5.215
Portobello Shop S/A	Brasil	99,90%	40.380	39.900	63.510	32.528
Mineração Portobello Ltda.	Brasil	99,76%	2.079	1.495	9.336	339
Companhia Brasileira de Cerâmica S/A	Brasil	98,00%	2.121	(2)	-	8
Em 31 de março de 2018						
Portobello América Inc. e outros	Estados Unidos	100,00%	2.005	68.399	-	(342)
PBTech Ltda.	Brasil	99,94%	20.837	13.394	17.487	1.509
Portobello Shop S/A	Brasil	99,90%	40.917	33.782	14.267	6.655
Mineração Portobello Ltda.	Brasil	99,76%	3.268	2.560	2.708	124
Companhia Brasileira de Cerâmica S/A	Brasil	99,91%	5.951	-	-	3.828

* Para 31/12/2017 informações são para o exercício de 12 meses e 31/03/18 são para o período de 3 meses

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas referentes às Informações Financeiras Intermediárias referente ao período findo em 31 de março de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As controladas são empresas de capital fechado, cuja a movimentação é a seguinte:

	Resultado do líquido	Resultado do período	Percentual de participação	31 de dezembro de 2017	Variações cambiais	Integra- lização de capital	Resultado equivalência patrimonial	31 de março de 2018
Investimentos								
Portobello América Inc. e outros	(66.394)	(342)	100%	(67.717)	(271)	1.936	(342)	(66.394)
PBTech Ltda.	7.447	1.510	99,94%	5.934	-	-	1.509	7.443
Portobello Shop S.A.	7.142	6.662	99,90%	480	-	-	6.655	7.135
Mineração Portobello Ltda.	710	124	99,76%	584	-	-	124	708
Companhia Brasileira de Cerâmica S/A	5.956	3.831	99,91%	2.123	-	-	3.828	5.951
Outros	10	-	100%	10	-	-	-	10
Total líquido do investimento em controladas				(58.586)	(271)	1.936	11.774	(45.147)
Participação em controladas				9.131				21.247
Provisão para perdas em investimentos				(67.717)				(66.394)

Em 2017, a controlada Portobello Shop S/A destinou dividendos no valor de R\$ 32.529 reconhecidos na controladora na rubrica "dividendos a receber". Destes R\$ 7.500 foram pagos no primeiro trimestre de 2018 e estão reconhecidos na rubrica "dividendos antecipados".

17 Imobilizado

a) Composição

	Controladora			Consolidado			
	Taxa média anual de depreciação	31 de março de 2018		31 de dezembro de 2017	31 de março de 2018	31 de dezembro de 2017	
		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido	Valor líquido	Valor líquido
Terrenos		12.141	-	12.141	12.141	13.062	13.062
Edificações, obras civis e benfeitorias	3%	203.331	(43.933)	159.398	161.341	152.587	155.343
Máquinas e equipamentos	15%	551.649	(310.673)	240.976	230.268	240.977	230.269
Móveis e utensílios	10%	9.456	(8.425)	1.031	1.079	1.043	1.092
Computadores	20%	21.293	(16.739)	4.554	4.321	4.557	4.325
Outras imobilizações	20%	209	(196)	13	15	14.708	14.084
Imobilizações em andamento		21.305	-	21.305	21.957	22.341	22.420
		819.384	(379.966)	439.418	431.122	449.275	440.595

Em 2010, quando da adoção inicial das normas internacionais CPC 37 e IFRS 1, bem como, da adoção do CPC 43 e ICPC 10, a Companhia adotou a opção de utilizar a reavaliação do imobilizado efetuada em 2006 como custo atribuído, por entender que a mesma representava substancialmente o valor justo na data de transição (nota explicativa 29.3).

Conforme previsto na Interpretação Técnica ICPC 10 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovada pela Deliberação CVM nº 619/09 e vigente a partir de 01/01/09, a Companhia revisou e alterou a vida útil econômica dos bens de seus ativos imobilizados em 2008, com base no Laudo Técnico emitido pelos Engenheiros da Companhia, e desde então, periodicamente faz revisão anual e não houve impacto relevante da vida útil do ativo imobilizado em 2017.

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas referentes às Informações Financeiras Intermediárias referente ao período findo em 31 de março de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

b) Movimentação do imobilizado

	Controladora					31 de março de 2018
	31 de dezembro de 2017	Adições	Transferências	Depreciação	Baixas	
Terrenos	12.141	-	-	-	-	12.141
Edificações e benfeitorias	161.341	-	-	(1.747)	(196)	159.398
Máquinas e equipamentos	230.268	396	16.985	(6.242)	(431)	240.976
Móveis e utensílios	1.079	-	-	(48)	-	1.031
Computadores	4.321	121	486	(374)	-	4.554
Outras imobilizações	15	-	-	(2)	-	13
Imobilizações em andamento	21.957	16.819	(17.471)	-	-	21.305
	431.122	17.336	-	(8.413)	(627)	439.418

	Consolidado					31 de março de 2018
	31 de dezembro de 2017	Adições	Transferências	Depreciação	Baixas	
Terrenos	13.062	-	-	-	-	13.062
Edificações e benfeitorias	155.343	-	-	(2.560)	(196)	152.587
Máquinas e equipamentos	230.269	396	16.985	(6.242)	(431)	240.977
Móveis e utensílios	1.092	-	-	(49)	-	1.043
Computadores	4.325	121	486	(375)	-	4.557
Outras imobilizações	14.084	-	626	(2)	-	14.708
Imobilizações em andamento	22.420	18.018	(18.097)	-	-	22.341
	440.595	18.535	-	(9.228)	(627)	449.275

No 1T18 as adições somaram R\$ 19 milhões, sendo 82% destinados a Portobello e 18% para Pointer. Na Portobello 92% são para preparação e atualização do parque fabril em Tijucas para produção de produtos com maior valor agregado e formatos maiores e 8% para lojas próprias e Oficina. Na Pointer, a maior parte dos investimentos foram destinados à transformação do parque fabril para rentabilização e qualificação do portfólio.

Os montantes de depreciação foram registrados como custo dos produtos vendidos, despesas comerciais e despesas administrativas conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	Acumulado			
	31 de março de 2018	31 de março de 2017	31 de março de 2018	31 de março de 2017
Custo dos produtos vendidos	7.578	6.994	7.578	6.994
Despesa comercial	566	522	1.380	1.162
Despesa administrativa	269	249	270	252
	8.413	7.765	9.228	8.408

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas referentes às Informações Financeiras Intermediárias referente ao período findo em 31 de março de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

18 Intangível

a) Composição

	Controladora			Consolidado		
	31 de março de 2018			31 de dezembro de 2017	31 de março de 2018	31 de dezembro de 2017
	Taxa média anual de amortização	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido	Valor líquido
Marcas e patentes	-	150	-	150	150	150
Softwares	20%	21.591	(15.822)	5.769	6.025	5.769
Direito de exploração de jazidas	20%	1.000	(1.000)	-	-	1.525
Fundo de comércio	7%	-	-	-	-	9.901
Softwares em desenvolvimento	-	1.624	-	1.624	1.398	1.824
Sistema de gestão (a)	21%	18.886	(17.887)	999	1.917	999
		<u>43.251</u>	<u>(34.709)</u>	<u>8.542</u>	<u>9.490</u>	<u>20.168</u>
						<u>19.566</u>

(a) Gastos com aquisição e implementação de sistemas de gestão empresarial, representados substancialmente pelos sistemas Oracle, WMS e Demantra e *Inventory Optimization* e pelos desenvolvimentos realizados no processo de gestão da cadeia de valor.

b) Movimentação do intangível

	Controladora				31 de março de 2018
	31 de dezembro de 2017	Adições	Amorti-zações	Transfe-rências	
Marcas e patentes	150	-	-	-	150
Softwares	6.025	-	(467)	211	5.769
Direito exploração de jazidas	-	-	-	-	-
Softwares em desenvolvimento	1.398	437	-	(211)	1.624
Sistema de gestão	1.917	-	(918)	-	999
	<u>9.490</u>	<u>437</u>	<u>(1.385)</u>	<u>-</u>	<u>8.542</u>

	Consolidado				31 de março de 2018
	31 de dezembro de 2017	Adições	Amorti-zações	Transfe-rências	
Marcas e patentes	150	-	-	-	150
Softwares	6.025	-	(467)	211	5.769
Direito exploração de jazidas	289	1.307	(71)	-	1.525
Fundo de comércio	9.681	381	(161)	-	9.901
Softwares em desenvolvimento	1.504	531	-	(211)	1.824
Sistema de gestão	1.917	-	(918)	-	999
	<u>19.566</u>	<u>2.219</u>	<u>(1.617)</u>	<u>-</u>	<u>20.168</u>

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas referentes às Informações Financeiras Intermediárias referente ao período findo em 31 de março de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Os montantes de amortização foram registrados como custo dos produtos vendidos, despesas comerciais e despesas administrativas conforme seguem:

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2018	31 de março de 2017	31 de março de 2018	31 de março de 2017
Custo dos produtos vendidos	202	196	272	306
Despesa comercial	719	698	881	698
Despesa administrativa	464	431	464	431
	<u>1.385</u>	<u>1.325</u>	<u>1.617</u>	<u>1.435</u>

c) Projeção para amortização do Intangível Consolidado:

	2018	2019	2020	2021	2022	2023 a 2038	Total
Softwares	1.386	1.846	1.636	741	160	-	5.769
Direito de exploração de jazidas	392	392	338	68	68	267	1.525
Fundo de Comércio	484	646	646	646	646	6.833	10.547
Sistema de gestão	999	-	-	-	-	-	999
	<u>3.261</u>	<u>2.884</u>	<u>2.620</u>	<u>1.455</u>	<u>874</u>	<u>7.100</u>	<u>18.840</u>

Os itens marcas e patentes e softwares em desenvolvimento no total de R\$ 1.194 não sofrem amortização devido a sua vida útil indefinida. Porém estão sujeitos a *impairment*, conforme descrito nas principais políticas contábeis, divulgados nestas demonstrações financeiras do encerramento do exercício.

19 Fornecedores e cessão de crédito

a) Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de março de 2018	31 de dezembro de 2017
Mercado interno	111.458	99.741	115.643	101.897
Mercado externo	11.291	12.672	11.291	12.672
Circulante	<u>122.749</u>	<u>112.413</u>	<u>126.934</u>	<u>114.569</u>
Mercado interno (i)	81.198	78.496	81.198	78.496
Não circulante	<u>81.198</u>	<u>78.496</u>	<u>81.198</u>	<u>78.496</u>
	<u>203.947</u>	<u>190.909</u>	<u>208.132</u>	<u>193.065</u>

(i) Montante para pagamento ao fornecedor de gás decorrente do assunto mencionado na nota explicativa nº 11

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas referentes às Informações Financeiras Intermediárias referente ao período findo em 31 de março de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

b) Cessão de crédito de fornecedores

A Companhia realizou operações de cessão de crédito de fornecedores com instituições financeiras de primeira linha no montante de R\$ 31.019 em 31 de março de 2018 (R\$ 35.127 em 31 de dezembro de 2017), com o objetivo de dispor aos seus fornecedores parceiros, linhas de créditos mais atrativas visando à manutenção do relacionamento comercial.

Nas referidas transações não houve modificação das condições de pagamentos e de preços negociados com os fornecedores.

c) Fornecedores de investimentos

A Companhia apresenta um saldo de R\$ 19.349 na controladora e R\$ 20.057 no consolidado no passivo circulante, que refere-se a imobilizações em andamento para atualização dos parques fabris, investimento em lojas próprias e sistemas.

20 Empréstimos, financiamentos e debêntures

	Moeda	Venci-mentos	Encargos	Controladora		Consolidado	
				31 de março de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de março de 2018	31 de dezembro de 2017
Circulante							
Arrendamento financeiro (a)	R\$	mai-18	11,48% a.a.	142	351	142	351
Banco do Nordeste S.A (b)	R\$	jun-25	3,00% a.a.	9.798	9.798	9.798	9.798
NCE (c)	R\$	nov-21	8,67% a.a. ¹	36.780	37.954	36.780	37.954
Pré-pagamento (d)	US\$	mai-18	6,70% a.a.+VC	1.040	2.071	1.040	2.071
PRODEC (e)	R\$	dez-21	4,00% a.a. ¹	21.602	20.489	21.602	20.489
FINEP (f)	R\$	mai-21	7,64% a.a. ¹	15.832	17.133	15.832	17.133
DEG (g)	US\$	out-21	7,25% a.a.+VC	11.213	10.460	11.213	10.460
FINAME (h)	R\$	ago-23	3,00% a.a. ¹	421	422	421	422
Debêntures 1ª série (i)	R\$	nov-22	9,94% a.a.	20.984	18.708	20.984	18.708
Debêntures 2ª série (i)	R\$	nov-20	9,54% a.a.	31.075	29.016	31.075	29.016
Total do circulante			7,78% a.a.¹	148.887	146.402	148.887	146.402
Total moeda nacional				136.634	133.871	136.634	133.871
Total moeda estrangeira				12.253	12.531	12.253	12.531
Não circulante							
Capital de Giro	R\$			-	-	1.221	1.177
Banco do Nordeste S.A (b)	R\$	jun-25	3,00% a.a.	61.128	63.573	61.128	63.573
NCE (c)	R\$	nov-21	8,67% a.a. ¹	77.778	85.278	77.779	85.278
PRODEC (e)	R\$	dez-21	4,00% a.a. ¹	23.200	25.848	23.200	25.848
FINEP (f)	R\$	mai-21	7,64% a.a. ¹	28.439	31.721	28.439	31.721
DEG (g)	US\$	out-21	7,25% a.a.+VC	29.914	29.772	29.914	29.772
FINAME (h)	R\$	ago-23	3,00% a.a. ¹	1.706	1.811	1.706	1.811
Debêntures 1ª série (i)	R\$	nov-22	9,94% a.a.	71.868	71.782	71.868	71.782
Debêntures 2ª série (i)	R\$	nov-20	9,54% a.a.	56.283	56.197	56.283	56.197
Total do não circulante			7,54% a.a.¹	350.316	365.982	351.538	367.159
Total moeda nacional				320.402	336.210	321.624	337.387
Total moeda estrangeira				29.914	29.772	29.914	29.772
Total Geral			7,61% a.a.¹	499.203	512.384	500.425	513.561
Total moeda nacional				457.036	470.081	458.258	471.258
Total moeda estrangeira				42.167	42.303	42.167	42.303

¹ Taxa média ponderada

VC - Variação Cambial

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas referentes às Informações Financeiras Intermediárias referente ao período findo em 31 de março de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

a) Detalhamento dos contratos

Nota	Contrato	Data		Captação	Prazo (meses)	Amortização	Carência (meses)	Garantias
		Desembolso	Vencimento					
(a)	Arrend. financeiro	mai-15	mai-18	R\$ 2.192	36	Mensal	-	Máquinas e equipamentos
		ago-14	jun-25	R\$ 96.819	133	Mensal	24	Hipoteca de imóveis e máquinas e equipamentos
(b)	Banco do Nordeste	<i>Contrato celebrado em jun/13, no valor de R\$ 147.700. A 1ª parcela do financiamento foi liberada pelo Banco em ago/14 no valor de R\$ 29.221, a 2ª parcela liberada em jan/15 no valor de R\$ 45.765, a 3ª parcela liberada em set/15 no valor de R\$ 14.700, 4ª parcela liberada em mar/16 no valor de R\$ 4.713 a 5ª parcela liberada em dez/16 no valor de R\$ 2.418.</i>						
(c)	Crédito de Exportação (NCE)	nov-17	nov-21	R\$ 50.000	24	Semestral	12	Recebíveis da Portobello SA no valor de 30% do saldo devedor do contrato Recebíveis da Portobello SA no valor de 30% do saldo devedor do contrato Recebíveis da Portobello SA no valor de 15% do saldo devedor do contrato 80% de duplicatas + 20% aplicação financeira.
		nov-17	nov-20	R\$ 30.000	36	Trimestral	20	
		mai-16	mai-18	R\$ 50.000	24	Semestral	12	
		jun-16	mai-19	R\$ 10.000	36	Trimestral	12	
		jun-16	mai-19	R\$ 20.000	36	Trimestral	12	
<i>(*) Os contratos sinalizados possuem cláusulas mínimas de "covenants" que foram cumpridas.</i>								
(d)	Pré-pagamento	jul-13	mai-18	US\$ 5.000	60	Trimestral	15	Penhor mercantil
	PRODEC	-	-	-	48	Bullet	Bullet	-
<i>(Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense) - Regime Especial do Estado de Santa Catarina obtido em julho de 2009. O saldo está sujeito ao ajuste ao valor presente sendo que a taxa utilizada para fins de cálculo é a média do capital de giro circulante (9,26% ao ano). O valor diferido é 60% do saldo do imposto gerado no mês que exceder R\$ 2.251 (média do imposto pago no ano de 2007 e 2008), com carência de 48 meses, prazo de 120 meses e atualização monetária de 4% ao ano e variação da UFIR.</i>								
(f)	Finep	jul-10	set-18	R\$ 30.103	99	Mensal	24	Fiança Bancária
		<i>Todas as 5 parcelas do financiamento foram liberadas pelo Banco da seguinte forma: 1ª no valor de R\$ 5.000 em jul/10, 2ª de R\$ 5.100 em ago/10, 3ª de R\$ 3.146 em set/10, 4ª de R\$ 5.572 em dez/12 e 5ª de R\$ 11.282 em ago/13.</i>						
		jul-14	mai-21	R\$ 57.318	84	Mensal	24	Fiança Bancária
<i>A 1ª parcela do financiamento, no valor de R\$ 12.627, foi liberada pelo Banco em jul/14. A 2ª parcela liberada em jan/16 no valor de R\$ 12.479. A 3ª parcela liberada em jun/17 no valor de R\$ 32.064.</i>								
(g)	DEG (Deut)	mai-14	out-21	US\$ 18.000	90	Semestral	23	Máquinas e equipamentos e notas promissórias
<i>Este contrato possui cláusulas mínimas de "covenants" que foram repactuadas em dez/17 e foram cumpridas.</i>								
(h)	Finame	mai-13	mai-23	R\$ 39	120	Mensal	25	Máquinas e equipamentos
		mai-13	abr-23	R\$ 601	120	Mensal	24	
		jul-13	jul-23	R\$ 107	120	Mensal	25	
		jul-13	ago-23	R\$ 1.890	120	Mensal	26	
(i)	Debêntures	jan-14	jun-23	R\$ 577	114	Mensal	18	Garantia Real e garantia adicional Fidejussória
		dez-15	nov-22	R\$ 100.000	83	Semestral	24	
		dez-15	nov-20	R\$ 100.000	59	Semestral	24	Garantia Real e garantia adicional Fidejussória
<i>Para mais detalhes vide Item (c) Debêntures, a seguir</i>								

Em garantia dos demais empréstimos foram concedidos, aplicações financeira vinculadas, hipotecas de imóveis, equipamentos, recebíveis da Controladora (nota explicativa nº 7) e de controlada (nota explicativa nº 37), aval dos controladores e de controlada e adicionalmente foram dados em garantia, estoques de produtos acabados (nota explicativa 8).

Os empréstimos de longo prazo têm o seguinte cronograma de pagamentos:

Vencimentos em 1º de Abril	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2018	31 de março de 2017	31 de março de 2018	31 de março de 2017
2018	-	104.535	-	105.762
2019	109.673	92.722	110.895	92.722
2020	124.239	80.329	124.239	80.329
2021	64.124	41.316	64.124	41.316
2022 a 2025	52.280	52.968	52.280	52.968
	350.316	371.870	351.538	373.097

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas referentes às Informações Financeiras Intermediárias referente ao período findo em 31 de março de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Os valores contábeis e o valor justo dos empréstimos são apresentados em Reais, segregados por tipo de moeda:

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2018	31 de março de 2017	31 de março de 2018	31 de março de 2017
Reais	457.036	470.081	458.258	471.258
Dólares dos Estados Unidos	42.167	42.303	42.167	42.303
	<u>499.203</u>	<u>512.384</u>	<u>500.425</u>	<u>513.561</u>

O valor justo dos empréstimos atuais não possui diferenças significativas em relação ao seu valor contábil, uma vez que os valores contábeis estão registrados ao custo amortizado e atualizados *pró-rata*.

b) Debêntures

Em 17 de novembro de 2015, foi aprovado pelo Conselho de Administração da Portobello S.A, a 2ª Emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e garantia adicional fidejussória, em duas séries, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição.

	31 de março de 2018	31 de dezembro de 2017
Valor da captação		
Debêntures 1ª série	94.055	91.779
Debêntures 2ª série	88.562	86.503
Saldo Bruto	<u>182.617</u>	<u>178.282</u>
Custos de captação	<u>(2.407)</u>	<u>(2.579)</u>
Saldo líquido	<u>180.210</u>	<u>175.703</u>
Circulante	52.059	47.724
Não circulante	128.151	127.979

Características da Emissão	
Emissão	2ª
Agente Fiduciário	PLANNER TRUSTEE DTVM LTDA.
Banco Mandatário	Itaú Unibanco S.A
Coordenador Líder	Banco Bradesco S.A.
Banco Depositário	ITAU CV S/A
Negociação	CETIP
Número de Séries	2
Volume da Emissão R\$	200.000.000,00
Qtde Total de Debêntures	2.000
Valor Nominal Unitário R\$	100.000,00

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas referentes às Informações Financeiras Intermediárias referente ao período findo em 31 de março de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Detalhamento da operação por série		
Série	1 ^a	2 ^a
Registro CVM N°	480/09	
Código do Ativo	PTBL12	PTBL22
Data de Emissão	26/11/2015	
Data de Vencimento	26/11/2022	26/11/2020
Volume R\$	100.000.000,00	100.000.000,00
Qtde de Debêntures	1.000	1.000
Valor Nominal Unitário R\$	100.000,00	100.000,00
Forma	Normativa e escritural	
Espécie	Garantia Real e garantia adicional Fidejussória	
Conversibilidade	Não conversíveis em ações de Emissão da Emissora	
Atualização	Não haverá atualização monetária do Valor Nominal	
Remuneração	Taxa DI + 3,55% ao ano (ano com base 252 dias)	Taxa DI + 3,15% ao ano (ano com 252 dias)
Pagamento Remuneração	Semestral, com a primeira data de remuneração em 26/05/2016	
Amortização	Será amortizado em 11 (onze) parcelas semestrais consecutivas, a partir do 24º (vigésimo quarto) mês contado da Data de Emissão, sendo o primeiro pagamento em 26 de novembro de 2017.	Será amortizado em 7 (sete) parcelas semestrais consecutivas, a partir do 24º (vigésimo quarto) mês contado da Data de Emissão, sendo o primeiro pagamento em 26 de novembro de 2017.
Atos Societários:	RCA em 17/11/2015	
Covenants	Divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA <= 3,35 vezes (ano 2015) , 3,00 vezes (03.2016 e 06.2016), 4,50 vezes (09.2016 e 12.2016), 4,25 vezes (03.2017), 4,00 vezes (06.2017), 3,75 vezes (09.2017), 3,50 vezes (12.2017), 3,25 vezes (03.2018 e 06.2018), 3,00 vezes (09.2018 e 12.2018), 2,50 vezes (ano 2019, 2020, e 2021) e 3,00 vezes (a partir de 2022).	
	Divisão entre Ativo Circulante pelo Passivo Circulante >= 1,15 vezes	

Este contrato possui cláusulas de *covenants* que foram cumpridas em 31 de março de 2018.

21 Parcelamento de obrigações tributárias

Obrigações fiscais	Pedido de parcelamento		Controladora		Consolidado	
	Data	Parcelas a vencer	31 de março de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de março de 2018	31 de dezembro de 2017
LEI 11.941/09 (a)	nov-09	79	70.646	72.602	71.134	73.097
LEI 13.496/17 (b)	ago-17		-	3.657	-	3.677
Total			70.646	76.259	71.134	76.774

O cronograma de pagamentos para os parcelamentos é o seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de março de 2018	31 de dezembro de 2017
Vencimento 1º Abril 2018	10.570	14.033	10.651	14.126
2019 a 2023 (*)	53.875	53.335	54.245	53.695
2024	6.201	8.891	6.238	8.953
	70.646	76.259	71.134	76.774
Circulante	10.570	14.033	10.651	14.126
Não circulante	60.076	62.226	60.483	62.648

(*) Soma das parcelas anuais de R\$ 10.775 em 31 de março de 2018 e R\$ 10.667 em 31 de dezembro de 2017 para a Controladora e R\$ 10.849 e R\$ 10.739 respectivamente para o Consolidado.

a) Lei nº 11.941/09 (REFIS - Programa de Recuperação Fiscal)

Nos meses de maio e setembro de 2011 a Companhia concluiu o processo de consolidação do parcelamento instituído pela Lei 11.941/09, iniciado com a adesão ao Programa de Recuperação Fiscal, em novembro de 2009.

Entre a adesão e a Consolidação a Companhia efetuou o recolhimento da parcela mínima de R\$ 395 conforme facultou a legislação. Durante esse período e mais precisamente na consolidação, tomou decisões que refletiram num ajuste econômico positivo de R\$ 3.013, sendo R\$ 3.613 de impacto em outras receitas operacionais e R\$ 600 em despesa financeira. O principal reflexo ocorreu em função da não confirmação da migração de débitos indeferidos no parcelamento da MP 470 para o parcelamento da Lei 11.941/09 (vide nota explicativa nº 22).

Concluída a consolidação, a Companhia obriga-se ao pagamento das parcelas mensais de R\$ 818, atualizadas pela Selic, bem como efetivou a desistência das ações judiciais e renuncia a qualquer alegação de direito sobre a qual se funda as referidas ações, sob pena de imediata rescisão do parcelamento, e conseqüentemente perda dos benefícios instituídos pela Lei 11.941/09. Estas desistências de ações contra autuações não prejudicam o prosseguimento dos processos em curso na Justiça, referidos nas notas explicativas nº 14 e nº 15.

b) Lei 13.496/17 (PERT - Programa de Regularização Tributária)

Em agosto de 2017 a Companhia aderiu ao parcelamento instituído pela Lei 13.496/17. Em novembro de 2017 os cálculos dos débitos foram finalizados e foram parcelados através do Programa Especial de Regularização Tributária (PERT) débitos federais no valor de R\$ 3.865 já considerando as benesses previstas na lei. No 4T17 o reconhecimento desses débitos impactou no resultado em outras Despesas Operacionais foi no valor de R\$ 3.193 e em Despesas Financeiras R\$ 672. Em Jan/18 a companhia revisou as condições do parcelamento antes de realizar a consolidação, onde decidiu-se retroagir na adesão ao parcelamento, pois os débitos escolhidos estão sob a administração da PGFN (Procuradoria Geral da Fazenda Nacional), que não permite o uso de prejuízo fiscal de controladas para quitação desse parcelamento, o que era um dos objetivos da companhia. A decisão foi baseada também, na expectativa de sucesso dos débitos inicialmente escolhidos, visto que os mesmos estão em discussão Judicial. Em Mar/18 Companhia reverteu os débitos reconhecidos, bem como as benesses do parcelamento. Os impactos no 1T18 foram a reversão dos lançamentos de R\$ 3.193 em Despesas Operacionais, e R\$ 672 em Despesas Financeiras.

22 Débitos Tributários Lei nº 12.249/10 (MP 470 e MP 472)

Em novembro de 2009 a Companhia aderiu ao parcelamento previsto pela MP 470 (aproveitamento indevido de crédito prêmio de IPI), junto à SRF e PGFN. Nesta adesão, além do parcelamento houve a redução dos encargos e a Companhia pode utilizar créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais até 2008, para pagamento dos débitos.

Quando da conversão desta Medida Provisória (Lei nº 12.249/10) em junho de 2010 ficou autorizado à utilização de créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais existentes em 31 de dezembro de 2009. A Companhia fez uso deste benefício e registrou no segundo trimestre de 2010 R\$ 3.252 considerando o parcelamento liquidado.

A PGFN indeferiu parcialmente o pedido em junho de 2010 alegando a necessidade de desistência das ações judiciais que contestavam o crédito, bem como aduziu que não fora preenchido o requisito do "aproveitamento indevido". A Companhia manifestou-se no sentido de requerer a desistência/renúncia apenas das ações judiciais que contestavam as autuações recebidas da SRF. Todavia, entendeu a Procuradoria Regional da Fazenda Nacional de Santa Catarina que a desistência/renúncia devia

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas referentes às Informações Financeiras Intermediárias referente ao período findo em 31 de março de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

também alcançar as ações declaratórias que objetivam o reconhecimento do Crédito Prêmio de IPI, referidas nas notas explicativas nº 14 e nº 15. O Departamento Jurídico da Companhia está adotando as medidas necessárias contra a decisão da PGFN com o propósito de afastar a exigência da desistência/renúncia de ditas ações declaratórias como também a comprovação do “aproveitamento indevido”, manifestamente reconhecido pela Secretaria da Receita Federal do Brasil em sede de lançamento. Este procedimento deliberado pela Administração é secundado por parecer do escritório Demarest Almeida, o qual defende que, para os débitos incluídos no parcelamento da Lei 12.249/10, não é exigível a desistência das ações declaratórias supracitadas, diferentemente do disposto na Lei 11.941/09. Desta forma sustenta que é praticamente certo reverter esta situação perseguindo as diversas instâncias judiciais para, no mérito, afastar os fundamentos do indeferimento. A título de esclarecimento, o mandado de segurança impetrado para buscar a homologação judicial do parcelamento foi denegado em primeira instância. Em sede recursal, o TRF da 4ª Região deu parcial provimento ao recurso. A Companhia mantém o pronunciamento de reverter à questão jurídica remanescente no Superior Tribunal de Justiça.

Na hipótese de manter-se a decisão da PGFN até a última instância, o que a Companhia entende ser remoto com base na opinião dos seus assessores jurídicos, o impacto no resultado da Companhia seria de uma perda de R\$ 29.433 milhões em 31 de março de 2018, considerando a desconfição da dívida, a inexistência dos benefícios e a manutenção dos débitos para a situação de passivo contingente, cujo eventual passivo tributário será satisfeito com os créditos decorrentes do processo nº 1998.34.00.029022-4, conforme destacado na nota explicativa nº 15.

23 Impostos, taxas e contribuições

Em 31 de março de 2018 os impostos, taxas e contribuições registradas no passivo circulante estavam classificadas conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de março de 2018	31 de dezembro de 2017
IRRF	1.687	2.420	1.853	2.721
ICMS	4.817	6.304	4.838	6.325
PIS/COFINS	950	5.404	1.489	5.801
Outros	279	302	421	426
	<u>7.733</u>	<u>14.430</u>	<u>8.601</u>	<u>15.273</u>

24 Provisões cíveis, trabalhistas, previdenciárias e tributárias

A Companhia e suas controladas figuram como parte em ações judiciais de natureza cível, trabalhista e tributária, e em processos administrativos de natureza tributária. Apoiada na opinião de seus consultores jurídicos e legais, a Administração acredita que o saldo das provisões é suficiente para cobrir os gastos necessários para liquidar as obrigações.

A abertura do saldo das provisões pode ser assim apresentada:

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas referentes às Informações Financeiras Intermediárias referente ao período findo em 31 de março de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Montante provisionado	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de março de 2018	31 de dezembro de 2017
Cíveis	9.450	8.733	9.450	8.733
Trabalhistas	15.622	14.959	15.622	14.959
Previdenciários	6.730	-	6.730	-
Tributárias	4.763	4.491	4.794	4.522
	<u>36.565</u>	<u>28.183</u>	<u>36.596</u>	<u>28.214</u>

As provisões são mensuradas pela estimativa dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação. E os processos cíveis e trabalhistas são avaliados individualmente pelos consultores jurídicos da Companhia que os classificam de acordo com as expectativas de êxito das causas.

Demonstrativo da movimentação das provisões:

	Controladora				Total
	Cíveis	Trabalhistas	Previdenc	Tributárias	
Em 31 de dezembro de 2017	8.733	14.959	-	4.491	28.183
Debitado (creditado) à demonstração do resultado:	717	820	6.730	272	8.539
Provisões adicionais	968	234	2.489	272	3.963
Reversões por não utilização	(109)	(45)	-	-	(154)
Atualização monetária (Reversão)	(142)	631	4.241	-	4.730
Reversões por realização	-	(157)	-	-	(157)
Em 31 de março de 2018	<u>9.450</u>	<u>15.622</u>	<u>6.730</u>	<u>4.763</u>	<u>36.565</u>

	Consolidado				Total
	Cíveis	Trabalhistas	Previdenc	Tributárias	
Em 31 de dezembro de 2017	8.733	14.959	-	4.522	28.214
Debitado (creditado) à demonstração do resultado:	717	820	6.730	272	8.539
Provisões adicionais	968	234	2.489	272	3.963
Reversões por não utilização	(109)	(45)	-	-	(154)
Atualização monetária (Reversão)	(142)	631	4.241	-	4.730
Reversões por realização	-	(157)	-	-	(157)
Em 31 de março de 2018	<u>9.450</u>	<u>15.622</u>	<u>6.730</u>	<u>4.794</u>	<u>36.596</u>

Comentários sobre os processos cíveis, trabalhistas e tributários:

Cíveis

A Companhia e suas controladas figuram como requeridas em 416 ações cíveis (388 ações em 31 de dezembro de 2017), no âmbito da Justiça Comum e dos Juizados Especiais Cíveis. A maioria das ações é movida por clientes e têm por objeto indenização por alegados danos morais e materiais. Quando aplicável, foram efetuados depósitos judiciais (nota explicativa nº 11).

Trabalhistas

A Companhia e sua controlada Portobello Shop S.A. figuram como reclamadas em 338 reclamações trabalhistas (324 reclamações em 31 de dezembro de 2017), movidas por ex-funcionários e terceiros. As demais ações referem-se ao pagamento de verbas rescisórias, adicionais, horas-extras, equiparação salarial e indenização por danos morais e materiais decorrentes de acidente do trabalho/doenças profissionais. As provisões são revisadas pela Administração de acordo com sua consultoria jurídica. Alguns processos estão suportados por depósitos judiciais (nota explicativa nº 11).

Previdenciários

Baseada na baixa expectativa de êxito nas ações administrativas e judiciais, que versem sobre cartões de premiação corporativos, a Companhia, reconheceu no primeiro trimestre de 2018 a provisão destes débitos, no valor total de R\$ 6.730, os quais ainda dependem de decisão judicial, em fase de Execução Fiscal, ou em alguns casos, de decisão administrativa junto à Receita Federal do Brasil.

Alteração do Critério de Correção de Débitos Trabalhistas

O Tribunal Superior do Trabalho - TST, em decisão publicada em 07 de agosto de 2015, promoveu a alteração do índice de correção dos débitos trabalhistas, de modo a substituir a Taxa Referencial (TR) pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial-IPCA-E, com efeitos retroativos a 30 de junho de 2009. A matéria foi levada ao Supremo Tribunal Federal - STF, na Reclamação nº 22012, que julgou improcedente, prevalecendo, assim, a correção dos débitos trabalhistas pelo IPCA-E. A Companhia não promoverá de imediato a majoração de suas provisões trabalhistas, aguardando nova manifestação do TST sobre o assunto. A mudança de critério impactará o saldo de provisões trabalhistas em aproximadamente R\$ 6.235.

Tributárias

a) Exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS

A Companhia impetrou mandato de segurança objetivando alterar a base de cálculo do PIS e da COFINS mediante expurgo do ICMS. A Justiça Federal de Santa Catarina pronunciou-se em sentença de mérito favoravelmente a exclusão do ICMS da base de cálculo em relevo. A mencionada decisão foi confirmada pelo Tribunal Regional federal da 4ª Região. A União Federal, por intermédio da procuradoria da fazenda Nacional recorreu da decisão aos Tribunais superiores (STF e STJ).

Baseada em decisão favorável proferida pelo STF em 15 de março de 2017, em repercussão geral, nos autos do processo 5032720-26.2014.404.7200 a Companhia procedeu com a reversão do montante provisionado, que na ocasião representava R\$ 25.544, dessa forma a Companhia entende que a chance de perda é remota. O efeito do expurgo do ICMS no resultado da Companhia foi uma economia de R\$ 2.144 no trimestre findo em 31 de março de 2018.

Os saldos das provisões para contingências tributárias são atualizados pela variação da taxa SELIC do período.

25 Ações possíveis de perda e remotas relevantes

a) Ações possíveis de perda

Entende-se que além das provisões reconhecidas contabilmente em suas demonstrações, classificadas como perdas prováveis, existem outras ações cíveis e trabalhistas, que foram classificadas como perdas possíveis e de acordo com a avaliação dos riscos oriundos dos processos mencionados, a

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas referentes às Informações Financeiras Intermediárias referente ao período findo em 31 de março de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Companhia, com base nos seus assessores jurídicos, estima os montantes dos passivos contingentes a seguir apresentadas:

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de março de 2018	31 de dezembro de 2017
Cíveis	5.472	3.764	5.481	3.773
Trabalhistas	7.278	7.278	7.366	7.366
	<u>12.750</u>	<u>11.042</u>	<u>12.847</u>	<u>11.139</u>

b) Ação remota referente Processo Administrativo nº 10983-721.445/2014-78

Em 08 de dezembro de 2014, a Companhia foi cientificada da lavratura de Autos de Infração que constituíram créditos tributários de IRPJ e CSLL (bem como, penalidades pecuniárias e juros), referentes aos anos-calendários de 2009 a 2013. Segundo defendem as Autoridades Fiscais, a empresa teria supostamente cometido as seguintes infrações: (a) no ano de 2009, teria supostamente: (a.1) excluído indevidamente receita tributável proveniente de benefícios fiscais; (a.2) deduzido despesas não necessárias, relacionadas a principais de débitos tributários (IPI, PIS e COFINS) que transitaram pelos resultados de exercícios anteriores; (a.3) excluído valores indedutíveis, relacionados a principal de IRPJ e de CSLL; (a.4) excluído indevidamente valores referentes a principais contidos em adições temporárias e que haviam transitado pelos resultados de exercícios anteriores; e (a.5) deduzido despesas não dedutíveis, relacionadas a multa de ofício; (b) nos anos de 2010, 2011 e 2012, teria, supostamente: (b.1) compensado prejuízos fiscais e bases negativas de CSLL em valores superiores aos apurados; e (b.2) deixado de recolher importâncias de IRPJ e CSLL apuradas por estimativa mensal, o que resultou em multa aplicada isoladamente; e (c) no ano de 2013, teria, supostamente, compensado bases negativas de CSLL em valores superiores aos apurados. Em 06 de janeiro de 2015, a Companhia apresentou Impugnação contra os lançamentos em comento, rechaçando todas as infrações que lhe foram imputadas, de modo que, desde essa data (06 de janeiro de 2015), encontra-se aguardando o julgamento da referida Impugnação, que segundo assessores jurídicos da PBG S.A tem como desfecho praticamente certo a sua procedência, resultando no cancelamento do Auto de Infração, isto posto, a Companhia entende que a chance de perda é remota, e optou por não registrar o montante de R\$ 73.000 como passivos potenciais. Dito processo administrativo encontra-se na delegacia de julgamento na Delegacia da Receita Federal do Brasil para julgamento da impugnação.

Em 07 de março de 2016 a Companhia foi cientificada da lavratura dos Autos de Infração ref. os processos administrativos fiscais nº 11516-720.299/2016-02 e nº 11516-720.300/2016-91 que constituíram créditos tributários referentes compensações indevidas de IRPJ e CSLL. Contudo, a companhia defendeu que esta discussão já está em curso no processo 10983-721.445/2014-78. Foi solicitado o cancelamento lançamento fiscal impugnado no montante de R\$ 19.000, devido a duplicidade por parte do fisco. Em decisão de primeira instância, as impugnações apresentadas foram procedentes, para reconhecer a duplicidade do lançamento e, por consequência, determinar a extinção do crédito tributário. Atualmente, os processos administrativos fiscais nº 11516-720.299/2016-02 e nº 11516-720.300/2016-91 foram remetidos ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – Carf, para julgamento do recurso de ofício.

26 Incentivo de longo prazo

Em 2012, a Companhia implementou o programa incentivo de longo prazo (ILP). O programa visa atrair, reter e reconhecer o desempenho de profissionais chaves.

São elegíveis ao ILP diretores, superintendentes e gerentes, que através de um contrato de adesão tornam-se participantes do programa. Cada integrante detém uma quantidade de títulos que são chamados figurativamente de “ações referência”. Estas não são negociadas em mercado de balcão e sua “valorização” é calculada anualmente pelo desempenho do Ebitda e da relação entre Ebitda e dívida líquida.

O pagamento é previsto em três parcelas anuais com diferimento de dois anos no início do período. A liquidação será feita através de valores monetários em quantia proporcional aos ganhos apurados pelas métricas do plano.

O primeiro grupo de participantes aderiu no exercício de 2012. Atualmente há 2 planos vigentes. O valor presente da obrigação em 31 de março de 2018 é R\$ 1.935 na controladora e no consolidado (R\$ 1.935 na controladora e no consolidado em 31 de dezembro de 2017).

27 Patrimônio líquido

27.1 Capital social

Em 31 de março de 2018 a Companhia apresenta um capital social subscrito e integralizado no valor de R\$ 130.000 (R\$ 130.000 em 31 de dezembro de 2017), representado por 158.488.517 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Em 31 de março de 2018 havia 73.754.154 ações em circulação, o equivalente a 46,54% do total de ações emitidas (72.982.224 em 31 de dezembro de 2017, equivalente a 46,05% do total). Compreende o saldo das ações em circulação todos os títulos disponíveis para negociação no mercado, excluídos aqueles detidos por controladores, membros do Conselho de Administração e Diretoria.

27.2 Reserva de lucros

A reserva de lucros é composta por três reservas, a reserva legal, a reserva de retenção de lucros e reserva de lucros a destinar, conforme a seguir:

A reserva legal é constituída anualmente através da destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos acumulados ou aumentar o capital social. Em 31 de março de 2018, o saldo da reserva legal soma o montante de R\$ 18.426 (R\$ 18.426 em 31 de dezembro de 2017) conforme previsto no artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações.

O montante de R\$ 95.400 refere-se a reserva de retenção de lucros, embasada no projeto de crescimento dos negócios, estabelecido no plano de investimentos da Companhia aprovado na Assembleia Geral Ordinária em 28 de abril de 2017, conforme orçamento de capital, em observância ao artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.

A reserva de lucros a destinar tem como objetivo demonstrar a parcela de lucros cuja destinação será deliberada pela Assembleia Geral Ordinária. Em março de 2018, o saldo desta reserva soma o montante de R\$ 30.162 (R\$ 30.162 em 31 de dezembro de 2017).

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas referentes às Informações Financeiras Intermediárias referente ao período findo em 31 de março de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

27.3 Ajuste de avaliação patrimonial

	Ajustes de avaliação patrimonial			
	Custo atribuído	Ajustes acumulados de conversão	Outros resultados abrangentes	Total
Controladora e Consolidado				
Em 31 de dezembro de 2017	35.876	(29.523)	(10.525)	(4.172)
Realização da reserva de reavaliação	(298)	-	-	(298)
Varição cambial de controlada localizada no exterior	-	(271)	-	(271)
Em 31 de março de 2018	35.578	(29.794)	(10.525)	(4.741)

a) Custo atribuído

Em 2010, quando da adoção inicial das normas internacionais CPC 37 e IFRS 1, bem como, da adoção do CPC 43 e ICPC 10, a Companhia adotou a opção de utilizar a reavaliação do imobilizado efetuada em 2006 como custo atribuído, por entender que a mesma representava substancialmente o valor justo na data de transição. Foi constituído em decorrência das reavaliações de terrenos, construções e benfeitorias, suportadas por laudo de reavaliação preparado por empresa avaliadora independente. Está sendo realizado conforme a depreciação das construções e benfeitorias reavaliadas registradas contra lucros acumulados. O mesmo efeito da realização do ajuste de avaliação patrimonial está refletido no resultado do exercício, pela depreciação dos ativos reavaliados.

b) Ajustes acumulados de conversão

A variação dos ativos e passivos em moeda estrangeira (Dólar dos Estados Unidos) oriunda da oscilação do câmbio, bem como as variações entre as taxas diárias e a taxa de fechamento das movimentações do resultado da controlada sediada no exterior estão reconhecidas nesta rubrica de ajustes acumulados de conversão. Em março de 2018 o montante foi de 271 (vide nota explicativa 17.a).

28 Receitas

A reconciliação da receita bruta para a receita líquida, apresentada na demonstração do resultado do trimestre findo em 31 de março de 2018, é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2018	31 de março de 2017	31 de março de 2018	31 de março de 2017
Receita bruta de vendas	277.658	271.192	303.208	296.203
Deduções da receita bruta	(54.348)	(57.979)	(57.307)	(60.569)
Impostos sobre vendas	(48.905)	(52.424)	(51.549)	(54.751)
Devoluções	(5.443)	(5.555)	(5.758)	(5.818)
Receita líquida de vendas	223.310	213.213	245.901	235.634
Mercado interno	171.830	176.284	194.421	194.796
Mercado externo	51.480	36.929	51.480	40.838

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas referentes às Informações Financeiras Intermediárias referente ao período findo em 31 de março de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

29 Despesas por natureza

Os custos dos produtos vendidos, as despesas com vendas e administrativas para o trimestre findo em 31 de março de 2018 são os seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2018	31 de março de 2017	31 de março de 2018	31 de março de 2017
Custo e despesas				
Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(147.351)	(138.946)	(147.630)	(139.757)
Com Vendas	(52.439)	(47.075)	(63.825)	(56.686)
Gerais e Administrativas	(8.766)	(8.110)	(9.260)	(8.275)
	<u>(208.556)</u>	<u>(194.131)</u>	<u>(220.715)</u>	<u>(204.718)</u>
Abertura das despesas por natureza				
Custos diretos de produção (matérias-primas e insumos)	87.022	75.083	84.308	72.795
Salários, encargos e benefícios a empregados	52.813	49.500	58.560	54.526
Mão de obra e serviços de terceiros	14.424	14.340	14.730	14.648
Gastos gerais de produção (incluindo manutenção)	10.616	10.447	10.616	10.447
Custo das mercadorias revendidas	9.267	12.485	12.038	15.250
Amortização e depreciação	9.798	9.090	10.845	9.843
Outras despesas comerciais	8.180	7.720	10.719	9.603
Comissões sobre vendas	6.093	6.279	6.812	6.753
Despesas com marketing e publicidade	6.895	3.434	7.547	4.135
Despesa com transporte das mercadorias vendidas	3.960	3.252	3.960	3.252
Despesas com aluguéis e leasings operacionais	2.955	2.775	3.955	3.613
Outras despesas administrativas	1.882	1.559	1.974	1.633
Variações nos estoques de produtos acabados e produtos em elaboração (a)	(5.349)	(1.833)	(5.349)	(1.780)
Total	<u>208.556</u>	<u>194.131</u>	<u>220.715</u>	<u>204.718</u>

(a) A variação nos estoques de produtos acabados e produtos em elaboração é a diferença entre o custo do produto produzido e o custo do produto vendido, podendo ficar com saldo negativo pelas baixas de CPV referente produtos que foram produzidos em períodos anteriores que contemplavam a conta de estoque.

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas referentes às Informações Financeiras Intermediárias referente ao período findo em 31 de março de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

30 Outras receitas e despesas operacionais líquidas

As outras receitas e despesas operacionais individuais e consolidadas para o trimestre findo em 31 de março de 2018 é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2018	31 de março de 2017	31 de março de 2018	31 de março de 2017
Outras receitas operacionais				
Receita de serviços	120	160	142	160
Reversão provisão para contingência (a)	-	20.247	-	20.247
Outras receitas	-	112	-	140
Total	120	20.519	142	20.547
Outras despesas operacionais				
Provisão para contingências	(3.336)	(691)	(3.337)	(792)
Provisão para incentivo de longo prazo	-	(364)	-	(364)
Provisão para participação no resultado (b)	(1.388)	(1.784)	(1.388)	(1.784)
Custo de ociosidade (c)	-	(5.241)	-	(5.241)
Reversão de débitos parcelados (PERT)	3.193	-	3.193	-
Outras despesas	(249)	(305)	(187)	(405)
Total	(1.780)	(8.385)	(1.719)	(8.586)
Total líquido	(1.660)	12.134	(1.577)	11.961

(a) Reversão da provisão para contingências referente o ICMS sobre a base de cálculo de Pis e Cofins, líquida de honorários

(b) Reconhecimento de provisão de participação dos funcionários a ser pago após o final do exercício.

(c) Despesas com adequação dos equipamentos de produção com intuito de ajustar a produção a demanda do mercado Nordeste.

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas referentes às Informações Financeiras Intermediárias referente ao período findo em 31 de março de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

31 Resultado financeiro

O resultado financeiro individual e consolidado do trimestre findo em 31 de março de 2018 é o seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2018	31 de março de 2017	31 de março de 2018	31 de março de 2017
Receitas financeiras				
Juros	735	2.919	945	3.053
Atualização de ativos	1.443	2.485	1.443	2.485
Outros	6	236	16	243
Total	<u>2.184</u>	<u>5.640</u>	<u>2.404</u>	<u>5.781</u>
Despesas financeiras				
Juros	(5.452)	(9.008)	(5.505)	(9.051)
Encargos financeiros com tributos	(676)	(1.451)	(684)	(1.461)
Atualização de provisões para contingências	(5.121)	(1.614)	(5.121)	(1.624)
Reversão atualização de contingência (a)	-	3.381	-	3.381
Comissões e taxas de serviços	(1.128)	(1.269)	(1.317)	(1.488)
Despesas bancárias	(113)	(121)	(113)	(122)
Reversão de multa e juros débitos parcelados (PERT)	672	-	672	-
Resultado de operação de Swap	-	(1.677)	-	(1.677)
Juros sobre debêntures	(4.508)	(8.064)	(4.508)	(8.064)
Outros	(542)	(568)	(668)	(604)
Total	<u>(16.868)</u>	<u>(20.391)</u>	<u>(17.244)</u>	<u>(20.710)</u>
Variação cambial líquida				
Clientes e fornecedores	(194)	(2.963)	(194)	(2.957)
Empréstimos e financiamentos	(169)	2.441	(169)	2.441
Total	<u>(363)</u>	<u>(522)</u>	<u>(363)</u>	<u>(516)</u>
Total líquido	<u>(15.047)</u>	<u>(15.273)</u>	<u>(15.203)</u>	<u>(15.445)</u>

(a) Reversão das atualizações de provisão para contingências referente a processos de natureza cível e tributário.

32 Resultado por ação

a) Básico

De acordo com o CPC 41 (Resultado por Ação), o lucro (prejuízo) básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o período, excluindo as ações ordinárias compradas pela sociedade e mantidas como ações em tesouraria.

	Controladora e Consolidado	
	31 de março de 2018	31 de março de 2017
Lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da sociedade	6.989	19.864
Quantidade média ponderada de ações ordinárias	158.489	158.489
Lucro (prejuízo) básico por ação	<u>0,04410</u>	<u>0,12533</u>

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas referentes às Informações Financeiras Intermediárias referente ao período findo em 31 de março de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

O lucro (prejuízo) consolidado atribuível aos acionistas não considera a participação dos não controladores, nas controladas.

b) Diluído

O lucro (prejuízo) diluído por ação é igual ao básico, uma vez que as ações ordinárias da Companhia não possuem fatores diluidores.

33 Dividendos e juros sobre capital próprio

Os dividendos mínimos do exercício de 2017, que representam 25% do lucro da Companhia, somam R\$ 15.232. Destes R\$ 9.614 (líquido de impostos) foram pagos antecipadamente sob a forma de juros sobre capital próprio em 18 de agosto de 2017. O montante que resta a pagar aos acionistas a título de distribuição de lucros é de R\$ 5.618. Adicionalmente, foi aprovado na Assembleia Geral Ordinária realizada no dia 30 de abril de 2018 dividendos adicionais no valor de R\$ 15.232.

O montante total a pagar, será de R\$ 20.850 mil, cerca de R\$ 0,132. A data de pagamento será 25 de maio de 2018.

	<u>31 de março de 2018</u>
Dividendos 2017	
Dividendos mínimos obrigatórios (25% do lucro líquido)	15.232
Valores pagos antecipadamente (líquido de impostos)	(9.614)
Dividendos a pagar em 31 de março de 2018 (a)	<u>5.618</u>
Dividendos adicionais 2017 (25% do lucro líquido)	15.232
Valor aprovado para pagamento em 25 de maio de 2018 (b)	<u>20.850</u>

(a) Passivo (Dividendos a pagar)

(b) Patrimônio Líquido (Dividendos adicionais propostos)

34 Informações por segmento de negócio

A administração definiu os segmentos operacionais, com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas, revisados pela Diretoria-Executiva.

A Diretoria-Executiva efetua sua análise do negócio, segmentando-o sob a perspectiva dos mercados em que atua: Doméstico (Mercado Interno - Brasil) e Exportação (Mercado Externo - Outros Países).

A receita gerada pelos segmentos operacionais reportados é oriunda, exclusivamente, da fabricação e comercialização de revestimentos cerâmicos utilizados no setor de construção civil.

A Diretoria-Executiva avalia o desempenho dos segmentos operacionais com base na mensuração do resultado operacional (Resultado antes das despesas financeiras líquidas e nos tributos sobre o lucro – EBIT) e não leva em consideração os ativos para a análise de desempenho dos segmentos, dado que os ativos da companhia não são segregados.

As informações por segmento de negócio, revisadas pela Diretoria-Executiva são as seguintes:

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas referentes às Informações Financeiras Intermediárias referente ao período findo em 31 de março de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

	Em 31 de março de 2018			Em 31 de março de 2017		
	Brasil	Outros Países	Total	Brasil	Outros Países	Total
Operações continuadas						
Receita	194.421	51.480	245.901	194.796	40.838	235.634
Custo dos produtos vendidos	(117.113)	(30.517)	(147.630)	(114.121)	(25.636)	(139.757)
Lucro operacional bruto	77.308	20.963	98.271	80.675	15.202	95.877
Receitas (despesas) operacionais líquidas	(64.534)	(10.128)	(74.662)	(46.217)	(6.783)	(53.000)
Vendas, gerais e administrativas	(62.957)	(10.128)	(73.085)	(58.178)	(6.783)	(64.961)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(1.577)	-	(1.577)	11.961	-	11.961
Resultado operacional antes do resultado financeiro	12.774	10.835	23.609	34.458	8.419	42.877
% sobre a ROL	7%	21%	10%	18%	21%	18%

A Companhia não possui clientes que representam individualmente mais de 10% da receita líquida de venda. E exporta para 78 países, com mais destaque para os países Argentina e Paraguai.

35 Compromissos

a) Compromissos para aquisição de ativos

Os gastos contratados na data do balanço, mas ainda não incorridos referente ao Imobilizado em 31 de março de 2018, somam o montante de R\$ 8.253, correspondentes a modernização dos equipamentos fabris, de acordo com o plano de investimentos da Companhia.

b) Compromissos com arrendamento mercantil operacional

Os arrendamentos mercantis operacionais referem-se à aquisição de veículos. Os pagamentos mínimos futuros não canceláveis, em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017 são de R\$ 945 e R\$ 965 respectivamente para menos de um ano. Para mais de um ano e menos de cinco anos são de R\$ 1.022 e R\$ 1.058 respectivamente.

36 Cobertura de seguros

A cobertura de seguros atual é considerada suficiente pela Administração para cobrir eventuais sinistros. Em 31 de março de 2018 a cobertura para incêndio, raio e explosão de qualquer natureza é de R\$ 95.000, para vendaval, fumaça com impacto de veículos no valor de R\$ 3.000, lucros cessantes no valor de R\$ 35.000 e danos elétricos, tumultos e responsabilidade civil no montante de R\$ 3.600. A vigência da apólice corresponde ao período de 13 de junho de 2017 até 13 de junho de 2018.

A Companhia também possui Seguro de Responsabilidade Civil para Administradores (D&O), contratado com a XL Seguradora S.A, para a cobertura de perdas e danos a terceiros por atos vinculados ao exercício das funções e atribuições dos Administradores, até o montante de R\$ 10.000, com vigência de 27 de agosto de 2017 até 26 de agosto de 2018.

Adicionalmente a Companhia contratou uma apólice com a Fairfax Brasil, referente a prestação de garantia na reclamação trabalhista nº 0234100-60.1998.5.05.0015 no valor de R\$ 28.000, vigente de 18 de agosto de 2016 até 18 de agosto de 2020.

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas referentes às Informações Financeiras Intermediárias referente ao período findo em 31 de março de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

37 Empresas ligadas e partes relacionadas

As transações comerciais de compra e venda de produtos, matérias primas e contratação de serviços, assim como as transações financeiras de empréstimos, captação de recursos entre a Controladora e as controladas, foram realizadas conforme abaixo.

Natureza - Saldos Patrimoniais	Empresa	31 de março de 2018	31 de dezembro de 2017
Dividendos a receber	Portobello Shop S.A.	25.029	32.529
Valores a receber	Portobello Shop S.A.	-	127
Contas a receber	Portobello América, Inc.	68.052	67.728
Contas a receber	PBTech Com. Serv. Cer. Ltda.	10	6
Adiantamento de clientes	PBTech Com. Serv. Cer. Ltda.	(1.637)	(2.777)
Adiantamento a fornecedores	Mineração Portobello Ltda.	445	449
Ativos líquidos dos passivos com Controladas		<u>91.899</u>	<u>98.062</u>
Créditos com outras pessoas ligadas	Refinadora Catarinense S.A.	<u>95.474</u>	<u>94.651</u>
Contas a receber líquido de adiantamento	Solução Cerâmica Com. Ltda.	(475)	(238)
Contas a receber líquido de adiantamento	Flooring Revest. Cer. Ltda.	(692)	(456)
Contas a pagar	Multilog S/A	915	1.054
Ativos líquidos dos passivos com outras pessoas ligadas		<u>1.476</u>	<u>2.493</u>

Natureza - Resultado	Empresa	31 de março de 2018	31 de março de 2017
Receitas			
Venda de produtos	Solução Cerâmica Com. Ltda.	4.882	5.856
Venda de produtos	Flooring Revest. Cer. Ltda.	2.233	1.664
Venda de produtos	PBTech Com. Serv. Cer. Ltda.	6.231	5.961
Despesas			
Compra de produtos	Mineração Portobello Ltda.	(2.714)	(2.288)
Aluguel	Gomes Participações Societárias Ltda.	(126)	(111)
Serviços de frete	Elog Logística Sul Ltda	(1.390)	(547)
		<u>7.680</u>	<u>10.265</u>

A controlada Portobello Shop é avalista da Companhia em alguns financiamentos (vide nota explicativa 20).

Transações entre as partes relacionadas

A Portobello Shop apresenta contas a receber e receita de serviços referente a royalties de duas partes relacionadas. Compõem a rede de franquias uma controlada da Companhia e duas empresas ligadas. Seguem transações:

PBG S.A e empresas controladas

Notas explicativas referentes às Informações Financeiras Intermediárias referente ao período findo em 31 de março de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Transações com controladas e empresas ligadas	Natureza	31 de março de 2018	31 de março de 2017	Natureza	Acumulado	
					31 de março de 2018	31 de março de 2017
	Ativo			Receitas		
Solução Cerâmica Com. Ltda.	Contas a receber	515	585	Royalties	1.210	1.450
Flooring Revest. Cer. Ltda.	Contas a receber	296	234	Royalties	569	428
		<u>811</u>	<u>819</u>		<u>1.779</u>	<u>1.878</u>

Remuneração do pessoal chave da administração

As despesas de remuneração pagas ao pessoal chave da administração, que compreendem os membros da diretoria, conselho de administração, conselho fiscal e gerência, registradas no trimestre findo em 31 de março de 2018 são:

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2018	31 de março de 2017	31 de março de 2018	31 de março de 2017
Remuneração fixa				
Salários	3.280	2.902	3.692	3.274
Honorários	1.318	1.325	1.318	1.325
Remuneração variável	419	398	419	466
Benefícios diretos e indiretos de curto prazo				
Plano de previdência	195	178	195	178
Outros	593	403	658	446
	<u>5.805</u>	<u>5.206</u>	<u>6.282</u>	<u>5.689</u>

38 Informações complementares ao fluxo de caixa

Durante o primeiro trimestre de 2018 foram realizadas as seguintes transações que não envolveram o caixa e equivalentes de caixa:

	Controladora	Consolidado
Aquisição de imobilizado na atividade de investimento	300	300